



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 195 • SÃO PAULO • 23 A 29 DE NOVEMBRO DE 1974 • PREÇO CR\$ 3,00

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

conferência do com. sarmento pimentel
portugal-áfrica: a separação



homenagem á
memória do "prêmio
nobel" egas moniz

a conspiração
vinda do exterior

cineclubes
contra a pornografia

"nós o povo..."

ganância especulativa
na construção civil

a democratização
da justiça

São notáveis os esforços que o M.F.A. e o Governo Provisório estão desenvolvendo no sentido de dar maior atenção à campanha de esclarecimento junto dos núcleos de emigração espalhados pelo mundo, relativamente à nova realidade portuguesa. O objetivo é desmistificar o que ainda resta da imagem atávica da situação política anterior, que muitos portugueses no estrangeiro, mesmo a longa distância, herdaram dos 48 anos de fascismo, e neutralizar o que se pode chamar de mais uma ofensiva das forças reacionárias que tentam desta vez um estilo todo original de conspiração junto dos emigrantes, ao desaconselharem o envio de divisas para Portugal. Denigrem e sabotam as medidas econômicas postas em prática com fim a um desenvolvimento rápido e seguro. Na produção de todos os possíveis efeitos maléficos às intenções e à ação do regime democrático instaurado, está a sua ira e o ódio de quem perdeu a guerra. A hidra da reação, com participação dos acólitos à escala internacional, estende assim os seus tentáculos e com eles pretende envolver os emigrantes desprevenidos, que longe da sua terra e sem a devida consciência do que nela se está passando, hesitam em enviar o dinheiro das suas economias, como o faziam anteriormente, facilitando de forma involuntária as manobras e o trabalho de sapa ao seu próprio inimigo. Para evitar este e outros tipos de provocação, determinou o governo, entre outras iniciativas importantes, visitas periódicas de seus representantes aos referidos núcleos em vários países, como já vem sendo feito pelo Ministro Vítor Alves e diversos Secretários de Estado, com o fim de colocar a cada emigrante a sua colaboração no repúdio

e na denúncia a todo esse trabalho de traição — esperança na desesperança de "voltar".

Entretanto nos parece que, embora estas iniciativas sejam desde já incondicionalmente corretas, elas e outras do mesmo teor perderão muito do seu efeito real enquanto nos organismos oficiais, como os chamados Centros de Turismo, consulados e outras entidades ligadas aos serviços do Estado ou dele dependentes, se anicharem elementos seriamente e umbilicalmente ligados ao fascismo, continuando a desempenhar funções de influência junto dos respectivos núcleos, exercendo atividades que em Portugal são de há muito consideradas contra-revolucionárias.

Assim sendo, precisam o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório, a par das iniciativas que estão sendo tomadas diretamente no Exterior, iniciar desde já, um saneamento que está tardando em prejuízo da pureza dos princípios da revolução de 25 de Abril, e, simultaneamente, desafiando erros crassos do passado, que acabam sempre acarretando graves dissabores, — consequência inevitável de quem se recusa a aprender as grandes lições da História. O simples adiamento de uma tomada de posição que se circunscreve desde logo no processo de redemocratização do país, pode levar ao desdobramento de problemas de fácil solução em imponderável repetição de sofrimentos e frustrações indesejáveis. A História não se repete em si mesma, mas há fatos que, na sua redundância temporal, podem ser evocados e analisados à luz de terríveis e dolorosas semelhanças. Não esqueçamos isso.

Contra a vaga de calúnias

O primeiro-ministro Vasco Gonçalves recebeu recentemente um grupo de emigrantes portugueses, tendo a frente o escritor Jorge Reis, composto por oito pessoas, entre as quais representantes de associações democráticas portuguesas de França, Bruxelas e Hamburgo.

O grupo, que veio participar nas Jornadas Democráticas promovidas pelo M.D.P.-C.D.E., expôs ao brigadeiro Vasco Gonçalves as conclusões das Jornadas no que se refere a matéria de emigração e sugeriu-lhe que seria bom que representantes do Movimento das Forças Armadas fossem aos países da grande emigração portuguesa, nomeadamente a França, fazer sessões de esclarecimento sobre a situação portuguesa, a fim de, por esse modo, se lutar contra a vaga de calúnias e de boatos tendenciosos lançados pelos meios reacionários portugueses e desses países.

Esses boatos e calúnias — disse-nos o escritor Jorge Reis — têm tido por finalidade a sabotagem económica que visa retrain os emigrantes portugueses de enviarem as suas poupanças para Portugal.

O grupo pediu, ainda, ao primeiro-ministro que seja acelerado o processo de saneamento dos organismos consulares naqueles países e, sobretudo, se apresse igualmente a criação de mais cursos de português para os filhos dos emigrantes.

O brigadeiro Vasco Gonçalves mostrou o maior interesse e simpatia pelos problemas expostos e prometeu que todas as sugestões apresentadas seriam tomadas em consideração.

Os componentes do grupo de emigrantes portugueses começam a regressar aos países onde se encontram radicados.

JÓIA INSPIRADA NO 25 DE ABRIL OFERECIDA AO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR EMIGRANTES PORTUGUESES NO CANADÁ

Numa inequívoca demonstração de regozijo por saberem libertada a Mãe-Pátria, hoje decididamente trilhando os caminhos da Democracia, rumo ao futuro de dignidade a que tem jus no concerto das Nações, os portugueses radicados no estrangeiro vêm expressando ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas, através de múltiplas e significativas manifestações, a sua inteira solidariedade.

Ao ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, têm sido enviadas inúmeras mensagens de emigrantes que afirmam a sua inteira adesão ao Movimento do 25 de Abril e declaram o firme propósito de dar a mais decidida e pronta colaboração às novas diretrizes que norteiam a vida nacional. Na sequência de tais demonstrações, foi entregue ao titular da pasta do Trabalho uma singular oferta proveniente de um grupo de portugueses do Canadá: trata-se de um precioso anel de ouro, todo trabalhado com motivos alegóricos ao 25 de Abril e executado pelo artista Jorge Antonio de Sousa Paulo, natural de Alenquer e, atualmente a residir em Castelnau, Laval, Canadá, que foi o portador de tão expressiva lembrança.

Alliando a imaginação e o bom gosto ao alto sentido patriótico que lhe deu origem, o anel é encimado por uma gravação a representar o "Escudo", erguido por um homem,

uma mulher e uma criança, simbolizando a grande Família Portuguesa que, ao alto, ergue, triunfante, a Pátria finalmente libertada e vitoriosa. Ainda no topo, a relevo mais destacado, lê-se a data que traduz toda uma gloriosa viragem na História Pátria: 25 de Abril.

O ministro Costa Martins, que junto do emigrante colheu impressões acerca do clima em que vivem e trabalham os nossos compatriotas fixados naquela zona do Canadá, pediu-lhe que junto daquela laboriosa colônia de portugueses fosse o intérprete do mais vivo sentimento de estima e apreço, já que, nesta hora alta da vida nacional, os emigrantes estão bem presentes no espírito do Governo.

Felicitando, ainda, o artista pela maneira original e feliz como soube dar forma artística ao sentimento pátrio, o titular da pasta do Trabalho disse que o anel ficará pertença do Tesouro Público, vindo a ser oportunamente exposto ao apreço do público num museu nacional.

Diário de Notícias

Os emigrantes portugueses e a evolução política

O secretário de Estado Português da Emigração, Pedro Coelho, que acaba de passar uma semana em França, declarou, à agência France Presse, que estava satisfeito com as conversações que teve com o Governo francês e com os seus compatriotas.

"O que me sensibiliza — disse — é que os portugueses vivendo em França têm um grande interesse pela situação política no nosso País, mas no geral, mostram-se inquietos com uma evolução que fosse de orientação totalitária. Verifiquei o mesmo nos meus compatriotas do Canadá, Bélgica e Luxemburgo. Isto é devido à falta de informações ou a informações muitas das vezes deformadas que aparecem na imprensa mundial. São tendenciosas pintando com cores totalitárias os acontecimentos em Portugal, o que tem consequências graves nos nossos compatriotas emigrados. Põe-se, portanto, para nós um problema de informação. É preciso que se saiba que o nosso País é democrático e que não há ameaça totalitária".

Por outro lado, Pedro Coelho observou que os portugueses na França "desejam o ensino da língua portuguesa para as cem mil crianças que vivem naquele país, numa população de 850.000 portugueses".

"A grande maioria dos portugueses com quem conversei exprimiram a sua vontade em participar no desenvolvimento do novo regime democrático, e perguntam se devem regressar a Portugal, a fim de contribuir para o esforço comum" — acrescentou.

"Expliquei a todos — falei com vários milhares — que o programa do Governo baseia-se na democracia, uma democracia pluralista que supõe uma completa liberdade, e que as Forças Armadas são os garantes da execução deste programa".

Pedro Coelho indicou, por outro lado, que teve, quando do encontro com Paul Dijoud, secretário de Estado para a Emigração, o sentimento de que o Governo francês dá grande atenção às preocupações dos trabalhadores estrangeiros e que é favorável ao regime democrático que se constrói em Portugal.

Portugal na feira de Leipzig

Mundialmente famosa como centro internacional de comércio, a Feira de Leipzig realiza-se na Primavera — produtos das indústrias metalúrgicas, tais como maquinaria para a construção civil, ferramentas, máquinas agrícolas, máquinas de empacotamento e equipamentos para caminhões de ferro — e no Outono — produtos químicos, máquinas para a indústria de plásticos, de papel, para impressão, para a indústria têxtil, máquinas de trabalhar madeira e equipamento médico.

Os bens de consumo são apresentados em qualquer das duas épocas, sendo-lhes conferida uma importância idêntica à que é dada aos bens de equipamento. Os principais setores em que se divide a exposição de bens de consumo são: papel, celulose e artes gráficas, vidros e cerâmicas, cosméticos, têxteis, pele, cabedais e calçado, produtos alimentares, lâmpadas, artigos domésticos, cordoaria, espelhos, artigos para brindes, etc.

Em 1974, cerca de nove mil expositores de mais de 60 países apresentaram os seus novos produtos e tecnologias. Empresas de comércio externo de 13 países socialistas ocuparam cerca de 245.000 m², o que corresponde, aproximadamente, a 70 por cento da área total da exposição — 350.000 m². Tem sido possível constatar igualmente a participação regular dos países árabes, africanos, asiáticos e latino-americanos. Os países capitalistas industrializados da Europa e de outros continentes também se têm feito representar com idêntica regularidade.

Na lista dos expositores figuraram, em 1974, numerosas empresas mundialmente conhecidas, entre as quais, por exemplo, cinco dos maiores "trusts" electrotécnicos da Europa e os três maiores do Japão.

Esta numerosa participação internacional testemunha a grande força atrativa da feira no mundo inteiro.

Portugal irá no próximo ano, e pela primeira vez, ter a sua representação em Leipzig, na Primavera.

Cineclubes contra filmes pornográficos

"A corrupção no cinema, política cultural imperialista e luta por uma cultura popular" é o tema de um colóquio que se realiza em Lisboa na Casa da Imprensa promovido pelo Cineclubes Universitário de Lisboa.

Num comunicado distribuído à Imprensa por aquele cineclubes (de cujos pontos de vista comungam ainda as Comissões Instaladoras dos Cineclubes do Fundão e Vila Franca de Xira e a Comissão Diretiva do Cineclubes de Santarém) denuncia-se energeticamente uma política desastrosa de distribuição de filmes em Portugal, afirmando-se, designadamente, que logo após o 25 de Abril se manifestou, especialmente no campo do cinema, uma vaga de corrupção não se exibindo praticamente filmes que não sejam de apologia do deboche sexual e do estilo de vida decadente da burguesia exploradora.

"A exibição destes filmes", prossegue o documento, "é um dos meios ao serviço do objetivo fundamental da classe dominante: desviar o povo da revolução, preparando a repressão armada", afirmando logo a seguir que "atrás desta vaga de pornografia estão os imperialistas opressores do nosso povo, que usam o cinema como arma de dominação e corrupção, recolhendo, ao mesmo tempo, lucros fabulosos. Associados a estes, encontramos os artistas e críticos vendidos que se encarregam de fazer a sua promoção junto das massas. Justificam a corrupção burguesa em nome da arte, procurando impor ao povo, e em especial à juventude, uma moral decadente já vigente nos países imperialistas".

Vão mais longe os nossos cineclubistas: "A quem levanta a voz contra esta corrupção argumentam (também aqui) que atacá-la é fazer o jogo da moral cristã — uma das formas da moral burguesa — como se o povo não tivesse a sua moral de classe e tivesse de sujeitar-se às variantes que a moral da classe dominante val assumindo quando esta classe entra em decadência."

Conclui, pois o documento da C.C.U.L.: "Temos de admitir que algumas camadas de aliados potenciais da classe operária podem ser ludibriados. E, por isso, dever de todos os progressistas e especialmente dos artistas e intelectuais cerrarem fileiras, reduzindo a pó estas manobras, lutando cada vez mais por uma cultura nova, de massas ao serviço do povo."

Transferida a propriedade da A.N.I.

A Agência Noticiosa de Informação (A.N.I.) passou a pertencer ao Estado. No Ministério da Comunicação Social, realizou-se a cerimônia oficial da transferência, confirmada pelas assinaturas de Rogério Gomes Veloso (chefe da Repartição de Expediente e Pessoal do M.C.S.), por parte do Estado, e Barradas de Oliveira, em representação dos antigos proprietários daquela agência noticiosa.

Assistiram ao ato, o subsecretário de Estado da Comunicação Social, Luis de Barros, e o comandante Montês, diretor-geral da Informação. Presente também, entre outros, Santos Gomes, ex-diretor da A.N.I. — cargo que passará a ser desempenhado pelo jornalista Alberto Villaverde Cabral, segundo foi revelado.

No final da cerimônia, Luis de Barros falou à Imprensa, declarando que com este ato se punha termo a um longo período de negociações que "decorreram no melhor espírito de boa fé" de ambas as partes interessadas.

Sobre o futuro da A.N.I. o subsecretário de Estado afirmou que a agência vai ser "utilizada e aproveitada no sentido de fazer dela o ponto de partida para uma agência com papel importante no domínio da Informação, que deverá vir a desembocar numa nova agência, que se pretende possa levar ao estrangeiro uma imagem correta e fidedigna de Portugal".

Luis de Barros foi ainda interrogado sobre o destino que aguarda outra agência noticiosa, intimamente ligada ao regime anterior — a Lusitania — em relação à qual disse que uma decisão deverá ser tomada muito proximamente, talvez na próxima semana. No entanto, acrescentou, o processo a desenvolver será muito diferente daquele que rodeou a transferência da A.N.I. para a posse do Estado.

Entretanto, Villaverde Cabral, novo diretor da A.N.I., não fez declarações sobre a agência, uma vez que a nomeação para o cargo o "apanhou de surpresa".

FORTUNATO VIEGAS ADVOGADO

Direito comercial e fiscal
Rua do Catete, 338 —
S/ loja 26
Tel: 225-7296
Rio de Janeiro.

SECRETARIADO
MODERNO E
PRÁTICA
COMERCIAL

JÁ NAS editora
BANCAS abz
por apenas cr\$ 6,00

Conferência do Com. Sarmiento Pimentel

Universidade noturna

"O combate pela democracia ainda não terminou"

Diário de Notícias

O capitão Sarmiento Pimentel começou por afirmar que os homens que fizeram o 25 de Abril restauraram uma tradição milenária, porquanto Portugal sempre lutou por ter liberdade e independência e o processo desencadeado no 25 de Abril faz parte de um longo combate que deve continuar até que ao povo seja desenvolvida a confiança no futuro da Nação que pertenceu devido às malfetorias do regime fascista.

Falando perante um grupo de oficiais das Forças Armadas, do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional o capitão Sarmiento Pimentel, venerável figura de resistente antifascista, exortou as Forças Armadas e os portugueses em geral a serem os interesses da Nação acima dos interesses particulares e preveniu que, após a ditadura de um "homem que não tinha coração (referia-se a Salazar), e do seu continuador, seria ainda necessário algum tempo para reconquistar inteiramente tudo quanto de generoso os portugueses têm na alma. O conhecido exilado político do regime fascista manifestou ainda a sua tristeza pela sangria que a emigração provocou no País e apelou no sentido de se fazer algo para que regressem a Portugal os irmãos que se viram forçados a procurar meios de subsistência no estrangeiro.

O capitão Sarmiento Pimentel fez estas declarações no início de uma conferência que proferiu naquele Instituto, a convite da 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas e a que assistiram diversos oficiais de alta patente. A conferência foi presidida pelo vice-almirante Pinheiro de Azevedo, membro da J. S. N., tendo ainda ocupado a mesa da presidência o ministro sem pasta Vítor Alves, o almirante Laurindo dos Santos, diretor do I. A. E. D. E., e o general Barbeitos de Sousa, comandante da 1.ª Região Aérea.

Cortina de silêncio

O capitão Sarmiento Pimentel, cuja conferência se subordinou ao tema "Os Portugueses no Brasil contemporâneo", começou por dirigir-se aos oficiais "restauradores da liberdade e da democracia" para sublinhar que, hoje como nos tempos em que ele próprio lutou pelo instauração da República, era necessário saber para onde se ia, com quem se ia e com que bagagem, de forma a estabelecer a liberdade, a verdadeira República e a democracia para todos os portugueses.

O orador justificou o tema da conferência pelo impacto que inúmeros portugueses tiveram na formação do Brasil, no tempo da colonização, e no desenvolvimento sócio-económico e cultural daquele País sobretudo a partir do século XIX, citando dezenas de nomes ligados aos mais diversos aspectos da vida brasileira. Num estilo simples, mas, simultaneamente, extraordinariamente rico de imagens, Sarmiento Pimentel, evocou o que foi a gesta do Português, fixado no País irmão, do simples trabalhador à "fauna comendadeira", passando pelos grandes vultos da intelectualidade portuguesa, como Jaime Cortesão forçado a viver aí doloroso exílio.

E diria a propósito, lembrando, ainda o nome de Ricardo Severo, que "engrandeceu, esclareceu e notabilizou a influência e o prestígio de Portugal no Brasil".

"O segundo "cidadão emérito" que a cidade de São Paulo nomeou desde a sua fundação, tem o nome ilustríssimo de Jaime Cortesão — prêmio merecido pelos altos serviços científicos que o nosso patriótico prestou ao Brasil no Itamaraty e nos numerosos e profundos estudos sobre grandes obreiros de nacionalidade, bem como ao Estado de São Paulo, na direção e organização da Exposição Histórica do 4.º Centenário da sua capital. A todas as nações de língua portuguesa legou a volumosa inteligente, valiosa, humanista, aliciadora, patriota, bibliografia. Nela, o escritor, o político, o diplomata, cientista foi, sem favor dos mais merecedores da gratidão da atual geração que quer ou vai formar, a comunidade que fala o nosso idioma. A sua memória e a sua obra são padrões imorredouros do Portugal de sempre. O ditador tentou humilhá-lo, diminuir aos olhos do povo seu exemplar e raro e grande valor, quando ao regressar a Portugal após tão retribuídos triunfos e 35 anos de exílio, o meteu na cadeia com os presos comuns e a comer de marmitta!

E bem verdade que lhe associou na infame vilania, cheia de ódio e rancor político, os seus ilustres confrades António Sérgio, Vieira de Almeida, Mário de Azevedo Gomes!

O monstro apocalíptico não vociferava, como Millan d'Astray, "morra a inteligência!" Tentava matar pela calada. Com estes, porém, saía-lhe às avessas a tática da crueldade diabólica, pois o Governo do Brasil, por intermédio do Itamaraty, apresentou um protesto diplomático e Salazar teve de lhes dar liberdade. Redobrou desde essa ocasião a cortina de silêncio à volta de tudo que revelasse a ação patriótica e cultural de autêntica luso-brasilidade dos intelectuais portugueses no Brasil".

Tratados para "inglês ver"

O capitão Sarmiento Pimentel referiu-se a grandes industriais portugueses no Brasil, exaltou a sua obra e sublinhou, depois, que "o lado financeiro e económico de Portugal com o Brasil foi abandonado pelo Estado Novo, baixando a nossa exportação para números insignificantes".

Para "inglês ver", disse, houve os tratados de amizade e consulta, de intercâmbio cultural e da dupla nacionalidade, mas acrescentou que, em relação a este último, o português emigrado no Brasil, vendo o que se escondia por detrás do tratado, com informação da P.I.D.E. e tudo o mais, fugiu da "dupla nacionalidade" de tal forma que, das centenas de milhares de compatriotas nossos aí residentes, apenas seis solicitaram essa qualidade.

Sarmiento Pimentel lembrou ainda que a nossa representação diplomática no Brasil "andou pelas ruas da amargura" e referiu-se irónicamente ao "navio fantasma comandado pelo "rei do bacalhau" que nos quadros governamentais se chamou "almirante Tenreiro", o qual levou ao Brasil uma chamada exposição flutuante de produtos portugueses, coroando as "malfetorias do Estado Novo e quanto podia existir de banditismo político na ditadura".

Por fim, e evocando mais nomes de portugueses que foram figuras grandes no Brasil, Sarmiento Pimentel lembrou "a gente nova e esclarecida que o Brasil tem 100 milhões de habitantes" e (que) nos seus oito milhões e meio de m2 de superfície territorial ainda cabem mais 700 milhões sem se acotovelarem!".

Coronel Varela Gomes: Não repetir erros

O conferencista foi apressado pelo

coronel Varela Gomes, que sublinhou que uma "figura histórica" como o capitão Sarmiento Pimentel corporalizava a ponte entre dois momentos muito semelhantes — a revolução do 5 de Outubro e o momento político que atualmente vivemos.

Pondo em relevo a dimensão humana do homem que havia jurado sobreviver a tudo para celebrar um dia a nova República em Portugal, o coronel Varela Gomes disse que outras figuras e outros momentos históricos, que foram ocultados e distorcidos pelo obscurantismo fascista, deveriam regressar ao nosso convívio e à nossa memória, citando então o capitão Vilhena (presente na altura), que viveu 23 prisões, três revoltas e 14 revoluções, como lutador infatigável que foi, e o coronel Pio, falecido há três anos no Brasil.

O chefe da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A. disse que lutadores como estes e outros significam que a tradição de combate ao fascismo, de combate pela liberdade, esteve sempre viva nas fileiras das Forças Armadas e que o 25 de Abril "não caiu do céu" e que foi, antes, "um produto da História". Dirigindo-se a Sarmiento Pimentel, afirmou que este poderia manter a esperança na construção da democracia em Portugal e que nunca as condições foram tão boas como agora para levar avante esse objetivo no nosso País.

O coronel Varela Gomes voltaria a usar da palavra no final da conferência do capitão Sarmiento Pimentel, para evocar o papel deste na Revolução de 5 de Outubro de 1910, a sua brilhante carreira militar na I Grande Guerra (que lhe valeu, entre outras altas condecorações, a Torre e Espada) e o ardor com que lutou pela causa da República e da democracia quando Paiva Couceiro ocupou o Porto e tentou instaurar a sua "monarquia fantoche".

O chefe da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A. referiu-se em termos severos a Paiva Couceiro (considerando-o embora "um brioso oficial de Cavalaria") e disse que este foi "objetivamente um traidor à Pátria", por se ter acobertado em país estrangeiro para invadir Portugal. O coronel Varela Gomes afirmou ainda que poderia estabelecer-se um paralelo entre o 5 de Outubro e a tentativa da Monarquia do Norte, referindo-se ao apoio do povo, o qual, armado pelo Exército, teve um papel preponderante.

O coronel Varela Gomes sublinhou que o povo português nunca esteve ausente nos grandes momentos decisivos da sua História, embora certos meios penssem que só as Forças Armadas possam agir, como se o povo nada tivesse a ver com o processo, e acrescentou que armar a população no 5 de Outubro ou no assalto aos monárquicos, em Monsanto, não fez estremecer a História de Portugal nem a da Humanidade. "Isto aconteceu porque militares e civis compreenderam as exigências do momento" — sublinhou.

Lembrou ainda que a existência de Sarmiento Pimentel foi dedicada à causa da democracia, com empenhamento total da sua vida, e referiu-se à personalidade de literato, homem de espírito e de inteligência do conferencista. Acrescentou que a sua vida foi de plena realização e que a realização máxima de Sarmiento Pimentel foi ver restaurada a democracia em Portugal, e concluiu afirmando que da participação de Sarmiento Pimentel e outros na construção da I República se deveriam tirar comparações com o momento atual. Dever-se-ia ainda refletir, disse, nos ensinamentos tirados da queda da democracia em Portugal para que não se repetissem os mesmos erros da I República.

Finalmente, o vice-almirante Pinheiro de Azevedo agradeceu a Sarmiento Pimentel a sua lição e teve palavras de elogio para a sua lucidez de espírito e altos ideais democráticos.

COIMBRA — A comissão dos trabalhadores-estudantes da Universidade de Coimbra, reuniu-se com os representantes dos órgãos da Informação, com o objetivo de dar a conhecer as diligências já encetadas junto das entidades responsáveis no sentido de concretizar-se um desejo há muito formulado e que se substancia na criação da Universidade noturna. Deste modo, e após a referida comissão se ter avistado com o ministro da Educação e Cultura, parece poder vir a ser um fato a criação da Universidade noturna dado que, conforme condição expressa pelo ministro existem meios necessários que permitem tornar realidade aquela idéia.

Solicitado, entretanto, o reitor da Universidade, prof. dr. Teixeira Ribeiro, este prometeu dar o seu apoio, pedindo o parecer dos encarregados pela gestão das diferentes faculdades. Conta-se com a boa vontade dos presidentes das comissões de gestão das respectivas Faculdades para que a Universidade noturna venha a funcionar já este ano.

Para uma tomada de posição futura quanto a forma de luta a utilizar na concretização dos seus objetivos, a comissão pede a todos os interessados que se mantenham atentos para uma reunião a realizar no Teatro de Bolso da Associação Académica de Coimbra.

O INSTITUTO POLITÉCNICO DE VILA REAL COMEÇOU A FUNCIONAR

VILA REAL — Iniciou recentemente as suas atividades escolares o novo Instituto Politécnico de Vila Real, uma das maiores aspirações das gentes de Trás-os-Montes e Alto Douro. Estiveram presentes várias autoridades, individualidades do ensino e numerosos alunos e professores. Presidiu à sessão de abertura, no amplo salão do ginásio do liceu de Camilo Castelo Branco, o governador civil de Vila Real, dr. Julio Montalvão Machado, que estava ladeado pelos seus colegas dos distritos de Bragança e Viseu, respectivamente major Augusto Gomes e eng.º Manuel de Almeida, e pelo dr. João Simões Vasconcelos, em representação do secretário-geral da Agricultura; dr. Antonio Manuel Espanha, diretor-geral do Ensino Superior; prof. Manuel Gomes Guerreiro, em representação da Universidade de Evora; prof. dr. Antonio Répeda, diretor do novo Instituto de Vila Real; major Barros Adão, comandante militar, e prof. dr. Quelhas dos Santos, que vai dirigir o curso.

Falaram, ainda os drs. Antonio Manuel Espanha prof. dr. Antonio Répeda e o prof. dr. Quelhas dos Santos, que focaram, de uma maneira superior, o interesse da criação do Instituto Politécnico de Vila Real para o desenvolvimento agrícola de Trás-os-Montes, de que muito beneficiará o país inteiro.

A Universidade e as elites

"Os problemas com que depara hoje o ensino são o resultado da pesada herança do fascismo e não das transformações políticas decorridas após o 25 de Abril, como pretende fazer crer a reação" — declaram, em comunicação conjunta, as direções das Associações de Estudantes do Técnico, Medicina, Direito, Magistério, Agronomia, Económicas, ISCS e Industrial, (Lisboa), Associação Académica de Coimbra, Medicina, Engenharia, Industrial (Porto) e Instituto Superior Económico e Social de Evora.

A pesada herança cifra-se num "ensino, na maioria dos casos cientificamente ultrapassado e ideologicamente reacionário (...). As escolas há muito que deixaram de comportar mais estudantes: em dez anos, o número de alunos quintuplicou, vindo a degradar-se progressivamente a

Agora aos Domingos
Das 11.00 às 12.00 horas "Portugal sem passaporte"
TV Tupi - Canal 6
Rio de Janeiro

uma correlação com o quantitativo do pessoal docente e a capacidade das instalações escolares. (...) São raros os estudantes oriundos das classes economicamente desfavorecidas que têm acesso ao ensino superior. Entre outras, esta limitação transforma a Universidade numa instituição profundamente elitista, desvinculada dos grandes problemas nacionais e virada para os interesses imediatos do capital monopolista".

O papel dos estudantes

Cabe aos estudantes um papel dinamizador no processo democrático português, dentro e fora da escola — sublinha o texto. Dentro, para apoiar um amplo campo onde cresçam e prosperem as medidas anti-monopolistas, quer através da construção acelerada de instalações quer ainda pela preparação em massa de pessoal docente de bom nível. Fora da escola, integrando-se no contexto de experiências já encetadas, de participação em importantes tarefas de alfabetização e educação sanitária das populações mais visivelmente afetadas pelo subdesenvolvimento".

No comunicado distribuído à Imprensa, as diversas associações referem-se ainda às reuniões a serem realizadas, em especial, para os alunos que pela primeira vez, frequentam as faculdades.

"Diário de Lisboa"

A conspiração vinda do exterior

Elementos destacados da colónia portuguesa em Paris têm sido pressionados por altos funcionários ligados a bancos e a grupos portugueses no sentido de convencerem os emigrantes a não enviarem para Portugal as suas remessas em dinheiro. Os contatos com os líderes da comunidade lusa têm sido efetuados das mais diversas formas, inclusive recorrendo a lautos jantares. A argumentação utilizada para evitar que o dinheiro dos emigrantes venha para Portugal assenta, por um lado, nas melhores condições de juro oferecidas em França e, por outro, na instabilidade da situação económica portuguesa.

As remessas dos emigrantes constituem, como se sabe, há já alguns anos, o principal fator de equilíbrio da balança de pagamentos nacional. A seguir ao 25 de Abril, verificou-se um ligeiro arbrandamento no seu envio, mas, logo em Junho, a situação se normalizou. A investida no sentido de travar o seu afluxo a Portugal principiou em Outubro, a seguir, portanto, ao 28 de Setembro (e ao regresso dos emigrantes das férias gozadas em Portugal) e visaria criar um clima psicológico que, quando das férias do Natal, provocasse uma retirada maciça para o estrangeiro dos milhões de contos que os emigrantes têm depositados em Portugal. Ofensivas semelhantes à já encetada em Pariestão em curso ou começarem em breve noutros países onde trabalham milhares de portugueses, nomeadamente na Alemanha.

Reuniões secretas

Enquanto, também no plano da sabotagem económica, se sucedem reuniões de capitalistas em Madrid e Paris, os emigrados políticos portugueses preparam-se noutras frentes. Assim, posta de lado a idéia de uma emissora pirata de rádio, instalada em embarcação que navegaria

ao largo da costa portuguesa, fora das águas territoriais, são agora evidentes esforços no sentido da sua montagem e entrada em funcionamento algures na Europa, provavelmente em Andorra. Parece, além disso, que têm tido bastante procura, por parte de compradores portugueses, propriedades espanholas situadas junto à fronteira.

Os fatos acima relatados são suficientes para demonstrar que, apesar do 28 de Setembro, as forças reacionárias não desarmam. Se alguns dos mais influentes capitalistas portugueses parecem ter compreendido, logo no 25 de Abril, que a situação portuguesa havia mudado — e que a mudança era irreversível, outros, bem alimentados pelo dinheiro que antes e depois colocaram no estrangeiro, não desistem de alterar um regime que não aceitam e de recuperar os antigos privilégios.

A sua atuação não deve ser estranho o comportamento do capitalismo internacional. Convém não esquecer que o Clube de Bilderberg (Rockefeller, Rotschild, Agnelli, Joseph Luns, etc.) reuniu a 21 e 22 de Abril deste ano e que a mudança de regime em Portugal não decorreu do modo mais conveniente para o capitalismo internacional. Convém não esquecer que a descolonização de Angola ainda vai no princípio e que são muito complexos os jogos de forças em seu redor. Convém não esquecer que a NATO (ou certos países que dela são membros) se interessa não apenas pela proteção das rotas do Índico e do Atlântico Sul, mas também pela permanência dos interesses económicos ocidentais na África Austral. Convém ainda não esquecer que, se efetivamente existe um moderno tratado de Tordesilhas, Portugal (e a Espanha) está sem dúvida integrado na zona da influência dos Estados Unidos.

Por tudo isto, falar de reação em Portugal, neste momento, não é, como muitos julgarão, repetir uma palavra desgastada, mas alertar todos os que acreditam desinteressadamente na necessidade de criação de uma via democrática, como único meio de atingir uma sociedade mais justa.

Trabalhadores resistem à I.T.T.

Reunidos em plenário, os trabalhadores da I.T.T. Standard Electric, onde aquela multinacional pretende fazer uma vaga de despedimentos, aprovaram uma moção em que são apresentados os pontos a encarar pelo Governo Provisório como aspirações profundas dos trabalhadores face à atual situação do País.

Nas medidas apresentadas pelos trabalhadores, são de salientar as seguintes: disposições enérgicas contra a redução de laboração não justificada e encerramento de fábricas; fiscalização e controle pelo Estado de empresas que se mostrem incapazes de cumprir a sua função; inquérito e controle se necessário de empresas que se entreguem a irregularidades, especulação e processos fraudulentos; fiscalização e punição severa dos autores e cúmplices na fuga de capitais para o estrangeiro; melhoramento de benefícios sociais (pensões, abonos, assistência médica, etc.); política de luta contra o desemprego; proibição de despedimentos sem justa causa e enérgicas medidas contra os seus autores, estímulo à criação de postos de trabalho, contenção do aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade e das rendas de casa; impostos fortemente progressivos sobre os grandes rendimentos e capitais imobilizados, confisco de bens e prisão em caso de sabotagem económica; e proibição de organizações, propaganda e atividades fascistas e reacionárias, bem como severas medidas contra conspiradores e contra-revolucionários.

Estas aspirações dos trabalhadores da I.T.T. foram dadas a conhecer ao Conselho de Ministros.

De novo a "impaciência" e a "paciência" (desculpem)

— Crónica de José Gomes Ferreira

Se me permitem voltar a esta aparente ninharia, comecarei por escrever o que toda a gente sabe, mas talvez valha a pena recordar: que a paciência e a impaciência não passam de duas palavras que herdamos com significados mais ou menos fixos, para nos entendermos e desentendermos.

Correspondem a sentimentos que, só enquadrados em determinadas circunstâncias sociais e políticas, poderemos classificar como nos parecer mais justo.

Quero dizer na minha que a paciência e a impaciência em si mesmas não são fascistas nem anti-fascistas, nem católicas, nem budistas, nem diabéticas, nem mesmo tuberculosas. Ou vice-versa, classificações dependem — replito — do momento vivido, do temperamento de cada um, da análise correta ou incorreta deste ou daquele instante do mundo.

Não há dúvida, por exemplo, que, para aguentar 10 anos de cadelas isolado numa cela, um homem que não quer endoidecer com a solidão tem de recorrer ao que se chama paciência. E nessa altura não cuida que se considere excessivo ouvir um poeta gritar: a paciência é democrática (se a vítima for democrata, claro). Eu, pelo menos, poderia escrever isso, se me desse na democratíssima gana. Eu que, nem imaginam com que "impaciência de homem livre" (a "impaciência paciente"), sofri durante os escassos seis meses de prisão de um filho na Rua do Heroísmo, no Porto, detido por razões políticas.

Portanto para se compreender inteiramente o meu agora tão falado slogan, a impaciência é fascista exijo que se tenha em consideração o momento em que o escrevi, sem pretensões a teorizar, pouco antes do 28 de Setembro — que, conforme os relatos incompletos vindos a público, os gentis-homens do 25 de Abril dominaram com uma infinita paciência, ajudados pela paciência organizadora dos sindicatos e de todas as outras forças democráticas.

Algumas semanas anteriores ao 28 de Setembro só os distraídos não reparavam que caminhávamos para uma catástrofe violenta. Doia-me, sobretudo, verificar que exatamente na ocasião em que se me afigurava necessário vencer uma crise, perigosa, senão mortal para a difícil transformação de Portugal em país europeu (socialista ou de democracia avançada como desejo e sempre desejei desde a juventude) doia-me ver que nos emaranhávamos cada vez mais em telas de exigências, a maior parte delas justas, mas por vezes contraditórias e principalmente, impossíveis de solucionar, todas ao mesmo tempo, com o barulho de demagogia mágica, dos nossos caprichos e conveniências.

Então, como fiz toda a minha vida, certo de que essa impaciência poderia levar-nos de novo ao fascismo, resolvi dizer o que pensava e já constituía uma banalidade universal, dando-lhe apenas o sabor afirmativo de slogan, depois de lembrar a célebre anedota que compara a relva às instituições políticas britânicas (que levaram séculos a criar): a impaciência é fascista. Com a mesma paz de consciência com que, há oito dias, neste mesmo local, barafustava

contra a paciência palavra bovina que não devemos agora dar de esmola ao povo como dantes se despachavam os mendigos: "tende paciência democrática, irmãos".

Sou democrata e recebo todas as críticas com alegria de poder aceitá-las sem acrimonia, nem desfazer de laços de admiração e amizade. Mas com a condição de que não me tomem por burro. E de que analisem bem o que disse e como o disse, neste caso num mero artigo de circunstância quando "a impaciência me parecia fascista" e ameaçava o futuro da 2.ª República. O mais curioso (o que nos salvou) é que os nossos opositores foram ainda mais impacientes do que nós.

Felizmente.

Mas tenhamos cuidado. Daqui em diante vão mudar. A paciência não tardará a tornar-se a sua principal arma. É terrível, acreditem.

A "ganância especulativa" dos construtores civis

Os especuladores que acusam a Câmara Municipal de paralisar a construção civil, atingidos num dos seus campos de ação mais privilegiados, pretendem com estas acusações, pôr em causa uma legislação que os trava na especulação. Tanto basta para mostrar que se trata de mais uma manobra que faz o jogo da reação, opondo-se a uma legislação que defende as camadas mais desfavorecidas da população e o património da cidade — afirma-se num comunicado do Município de Lisboa que responde a protestos anónimos na sua maioria que acusam os serviços camarários de paralisar a construção civil. Explica o texto que estes apenas têm feito cumprir o Decreto-Lei n.º 445/74 cujo artigo 2.º "vem pôr cobro a uma destruição sistemática da cidade que só servia a ganância especulativa fazendo desaparecer para sempre edifícios de valor histórico e arquitetónico e demolindo habitações ainda válidas, de rendas acessíveis, remetendo para a periferia e para condições deficientes de habitação as famílias de recursos modestos".

E continua-se:

"Como medida intermediária vem o n.º 2 do citado diploma permitir que para pedidos de construção ainda pendentes, possa a Câmara propor ao Ministro do Equipamento Social e Ambiente o arquivo do Processo tendo em conta o número das habitações a demolir no prosseguimento da política habitacional seguida pelo Governo, ou que constitua perda dum alto valor arquitetónico e urbanístico.

"Determinou o Executivo da Comissão Administrativa que, para processos aprovados, mas não licenciados, só estes valores, desde que muito importantes levasses a propor a não demolição e que, para os processos em apreciação entrados antes de 12 de setembro, só estes mesmos valores ou o fato de fazer desaparecer mais de seis fogos levasses a propor a não demolição."

A Câmara lembra ainda já ter autorizado no entanto demolições num ritmo muito superior ao habitual, "não paralisando, portanto, a construção civil neste campo". Um dos motivos deste aumento de demolições — denuncia o comunicado — está no fato de que os senhorios de prédios com processos pendentes "para se furtarem ao alugel das habitações devolutas ao abrigo do mesmo decreto, têm acelerado os pedidos de demolição".

(Diário de Lisboa)

CASA DO MATE
Mate quente e gelado a toda hora -
Mate com leite, limão e maracujá -
Chá mate e chimarrão em pacotes
das melhores marcas
Av. São João, 602 - São Paulo

**MURILLO MELLO
CÉLIA DE MELO E MOURA**
ADVOGADOS
Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100
Fone: 33-1846 — São Paulo

B
PAPELARIA
E
LIVRARIA
brasiliense

Livros Portugueses
Livros Nacionais e Importados
Livros Universitários

Rua Barão de Itapetininga, 93/99
Fone: 32-7770 — São Paulo

Egas Moniz — homenagem à memória do "Prémio Nobel" de Portugal

Professores de Medicina, antigos colegas e alunos de Egas Moniz, mestre de renome internacional, único "Prémio Nobel" dos países Lusíadas, estiveram ontem, na Reitoria da Universidade de Lisboa, a prestar homenagem, com os seus testemunhos científicos, à memória do grande médico e investigador.

A sessão, integrada nas comemorações do centenário do nascimento de Egas Moniz, teve a presença do dr. Rui Grácio, secretário de Estado da Orientação Pedagógica, que representava o ministro da Educação e Cultura, e nela participaram, também, o presidente do Instituto de Alta Cultura, o Reitor da Universidade, o diretor-geral dos Assuntos Culturais, presidente da Comissão Nacional das Comemorações e outros membros da mesma comissão, diretor da Faculdade de Medicina de Lisboa, vice-governador do distrito de Aveiro, dr. Oliveira e Silva, vendo-se, ainda, o prof. Boaventura Pereira de Melo, presidente da Fundação Egas Moniz, dr. António Manuel Gonçalves, conservador da Casa Museu Egas Moniz, em Avanca, além de antigos colegas, colaboradores de Egas Moniz e médicos da especialidade que tornou célebre o nome do homenageado. A sessão assistiu também, a sobrinha de Egas Moniz, Dna. Maria Cândida Metelo.

Foi primeiro orador o prof. Barahona Fernandes, Reitor da Universidade, que começou por salientar ter chegado o momento da Universidade Clássica de Lisboa render, também, o seu preito ao homem insigne, ao universitário investigador.

Depois de agradecer aos oradores a contribuição que iam prestar aquela reunião através de trabalhos destinados a realçar a importância das linhas-mestras das duas descobertas fundamentais de Egas Moniz — o método geral de diagnóstico pela visualização radiológica dos vasos (a Angiografia) e a terapêutica cirúrgica de certas doenças psiquiátricas (a leucotomia pré-frontal) — o prof. Barahona Fernandes referiu-se ao papel fundamental da primeira daquelas descobertas, "base de muitas e decisivas indicações operatórias na cirurgia cerebral, cardíaca, vascular, etc.", sublinhando, a propósito da leucotomia:

"Esta não só atenua o sofrimento da angústia, das obsessões e outros sintomas psicopatológicos em casos graves e resistentes a todas as outras terapêuticas, como sintoniza a personalidade do doente com as pessoas e o ambiente, dando-lhe novas possibilidades de recuperação pela psico e socioterapia. A extraordinária mutação do estar introvertido, fechado, autista, para o estar extrovertido, realista, aberto para o mundo, em consequência do novo funcionamento cerebral pós-operatório, tem um sentido verdadeiramente transcendente para o conhecimento das relações psicofísicas — o tradicional problema do "corpo-espírito", melhor dito, as interações sócio-histórico-culturais com a pessoa.

E notável a contribuição positiva que as investigações sobre a leucotomia deram para a neurofisiologia, não só do lobo frontal e do lobo orbitário — na sua configuração específica da espécie humana —, como de outras regiões cerebrais, na época mal conhecidas, o chamado sistema límbico, a amígdala, o hipotálamo, etc., etc., e as suas relações com certas funções afetivas, instintivas,

psicovegetativas, sumáticas e, acima de tudo, com a estrutura básica da personalidade."

Mais adiante, o orador acentuou que Egas Moniz se inclui entre os modernos sábios, ao inaugurar novas vias de conhecimento e de ação, sublinhando:

"Numa forma muito sumária, poderíamos dizer: o uso da energia nuclear está, de certo modo, para a bomba atômica como a cirurgia do cérebro está para os abusos que se temem de mais uma forma de manipulação dos homens. Tranquilizemo-nos, porém! Enquanto o genocídio atômico foi o acontecimento histórico que se sabe — à parte casos criminais e graves faltas deontológicas — de modo nenhum e sequer pensável o uso dos agentes terapêuticos com qualquer outra intenção que não seja a de aliviar o sofrimento, com qualquer outro item que não seja o tratamento de autênticos doentes. E isto quer se trate de fármacos e da cirurgia, como dos técnicos psicológicos e sociológicos.

Com este e outros exemplos, a obra de Egas Moniz leva-nos assim da Medicina para outros ramos do saber, interessa os docentes e alunos de Ciências Naturais, do Direito, da História, da Psicologia e de outras ciências humanas, de ética e outras disciplinas filosóficas. É esta multi e interdisciplinaridade que lhe dá o seu mais autêntico sentido universitário."

Lembrou, depois, que Egas Moniz também deixou uma obra literária, como escritor-médico, em especial, como biógrafo de figuras médicas e uma espécie de "paisagista pela palavra" do género naturalista, da transição do Século XIX para o XX, "algo de Malhoa e de Julio Diniz seus dois biografados".

Homem de convicções políticas liberais e progressistas até o fim da vida

O prof. Barahona Fernandes referiu a seguir, que Egas Moniz esteve sempre virado para a vida e para o real, dando-se plenamente aos seus trabalhos, salientando o culto dos seus sentimentos familiares e da convivência, das grandes ameadas e, também, não menores rivalidades, sublinhando depois:

"As suas convicções (e posições) políticas eram liberais, progressistas até ao fim da vida, sempre contra a repressão das idéias e das liberdades públicas.

Sabem como foi um grande orador no Parlamento, nas academias e nas aulas. Pelo seu exemplo e palavra aliciou muitos discípulos, os mais velhos dos quais ainda vivos, aqui estamos todos, numa fidelidade de afeto que não é adesão dogmática, antes tributo crítico aos seus méritos mundialmente reconhecidos e comprovados.

É curioso como este eco longínquo de simpatia rima bem com aquela transição empática que ele comunicava ao seus doentes. Para os casos mais graves e resistentes a todos os tratamentos então conhecidos, descobriu uma nova terapêutica que justamente os aliviava das suas dolências e, como dissemos, os tornava mais comunicativos e abertos (à psico-socioterapia) e à reeducação comunitária.

Em todas estas facetas — desde o político ao psicoterapeuta — há uma certa unidade — o elo "humano" que as liga — a marca de uma personalidade cri-



tiva, plenamente integrada na vida, transferindo, em alto nível, para a pesquisa médica o seu ímpeto iconoclasta, talvez mesmo a sua aprendizagem político-social."

O orador teceu, por fim, comentários elogiosos às qualidades de Egas Moniz como grande pedagogo no âmbito da Universidade, sublinhando: "Egas Moniz aponta-nos assim um caminho para o futuro, ensinando-nos a todos, docentes e alunos, a enriquecer a sociedade pela aprendizagem ativa e investigação criativa — na verdadeira revolução universitária aberta a uma política democrática da cultura."

Falaram, a seguir, o prof. Almeida Lima, presidente da Comissão Nacional das Comemorações, sobre "A primeira leucotomia" e o prof. Aleu Saldanha, sobre "Egas Moniz, o investigador e o homem".

O quarto orador foi o prof. Dr. Fernando de Almeida, que abordou o tema "Anatomia vascular cerebral". Depois de referir que Egas Moniz teve sempre bem arregaçada no seu espírito a certeza de ter sido fadado para a investigação, acentuou: "Nas suas investigações destinadas a contribuir para o diagnóstico dos tumores do cérebro, partiu do princípio que essas neoplasias deveriam alterar, pelo seu volume, a situação das artérias que normalmente se distribuem pela superfície daquele órgão: e então, se conseguisse visualizar esses vasos, o problema estaria resolvido.

Tornara-se, pois, necessário ter um conhecimento, verdadeiro, das distribuições mais frequentes das artérias cerebrais pela superfície de cérebros normais. E assim lhe veio a idéia de rever a anatomia normal destes vasos; e não só as artérias, mas também as veias.

Conseguida a primeira arteriografia *in vivo*, surgiram problemas resultantes de certas diferenças notadas, por um lado, na distribuição dos vasos tal e qual vira escrita nos tratados clássicos, isto é, baseadas em observações feitas no cadáver. E, por outro lado, nas angiografias obtidas *in vivo*. Notou, assim, não haver, em certos pormenores, uma sobreposição perfeita entre o que se descrevera no cadáver e o que agora se via na angiografia cerebral obtida *in vivo*.

Tornou-se então necessário proceder a uma revisão sistemática da anatomia do cadáver e procurar, depois, a interpretação do que era obtido *in vivo*: aquela considerada por Egas Moniz como uma "anatomia estática", esta por ele classificada de "anatomia dinâmica".

O orador informou, depois, o seguimento destes trabalhos, comunicando que o prof. Egas Moniz criou uma nova nomenclatura para certos pormenores da angiografia cerebral, com os resultados obtidos pelo orador em cinquenta cérebros de cadáveres.

Falaram, a seguir, os profs. João Cid dos Santos, sobre "Aortografia e angiografia dos membros"; Abel Tavares, sobre "O método angiográfico na investigação experimental"; Ayres de Souza, sobre "Egas Moniz e os problemas técnicos da angiografia"; Armando Ferreira, sobre "Egas Moniz e o Instituto de Anatomia Normal"; Pedro Polónio, acerca de "Egas Moniz e a terapêutica psiquiátrica", e o dr. Vasconcelos Marques, membro da Comissão Nacional das Comemorações, sobre "Angiografia cerebral".

Solenidade na Câmara Municipal de Lisboa

A figura e a obra de Egas Moniz, o único português até hoje galardoado com o Prémio Nobel, foram evocadas, também, numa sessão promovida pela Câmara Municipal de Lisboa e integrada nas comemorações do centenário do nascimento daquele grande cientista.

"Egas Moniz: o Homem, a Obra e o Exemplo" — foi o tema da conferência proferida pelo prof. Almeida Lima, antigo colaborador do homenageado a qual assistiram numerosas individualidades, nomeadamente representantes do ministro da Administração Interna e do secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica; os bastonários das Ordens dos Advogados e dos Engenheiros; os presidentes da Fundação Gulbenkian, do Instituto de Alta Cultura e da Academia Nacional de Belas-Artes, o reitor da Universidade de Lisboa; elementos das comissões de gestão das Faculdades de Ciências e de Direito, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas e o reitor da Igreja de Santo António de Lisboa.

Presentes também a sobrinha de Egas Moniz, D. Maria Cândida Metelo, e antigos discípulos e colaboradores do cientista.

Abriu a sessão o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, após o que o prof. Almeida Lima pôs em relevo as qualidades humanas de Egas Moniz, assim como as científicas, homem de letras e político.

Acentuou, depois, que a orientação e o pensamento de Egas Moniz eram tão contrários ao regime vigente desde 1927 que o mestre abandonou completamente a política, para se dedicar ao ensino, à assistência aos doentes e à investigação científica.

Descreveu as duas grandes descobertas do homenageado — a Angiografia cerebral e a leucotomia — que o levaram a conquistar o Prémio Nobel e, citando Reynaldo dos Santos, acentuou que Egas Moniz representa para Portugal o orgulho de ter produzido um homem de ciência que, pela importância das suas descobertas, alcançou uma reputação mundial, consagrada pela mais alta recompensa a que um homem de ciência pôde aspirar.

"O nome de Egas Moniz — acrescentou — fica sendo no plano da descoberta científica a mais prestigiosa personalidade de que a nossa geração pode aspirar.

O orador sublinhou, mais adiante, que nas circunstâncias políticas atuais Egas Moniz é um inigualável exemplo do modo de proceder aconselhado pelo nosso Governo.

Centenário de Egas Moniz no Rio

O Real Gabinete Português de Leitura, com o patrocínio do Consulado Geral de Portugal, comemora o 1.º centenário do nascimento de Egas Moniz, o grande cientista português a quem foi concedido em 1949 o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia.

No dia 29 de Novembro, às 21 horas, haverá na sede do Gabinete, à rua Luis de Camões n.º 30, uma sessão solene em que o Consulado e aquela instituição cultural esperam a presença de autoridades, figuras representativas da nossa cultura, e todos os portugueses e brasileiros que se associam na homenagem à memória do ilustre Professor que foi também Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Serão oradores, o Professor Deolindo Couto, Presidente da Academia Nacional de Medicina, e o Professor Mário Silva, Diretor do Museu Nacional da Ciência e da Técnica de Portugal.

Nessa ocasião será apresentada uma exposição dos trabalhos de Egas Moniz, e o Centro de Estudos do Gabinete Português de Leitura dará prosseguimento às comemorações promovendo em dezembro próximo, um ciclo de conferências sobre a vida e obra do homenageado.

Portugal-África: a separação

por Bruno Crimi

No seu número de outubro, e assinado por Bruno Crimi, a revista "Economia" — mensário da atualidade económica internacional, de que O SÉCULO obteve o exclusivo para Portugal — publica um longo e bem fundamentado artigo sobre alguns aspectos da realidade económica portuguesa.

Desse artigo publicamos, em seguida, alguns dos extratos mais significativos e que mais se ajustam à atual conjuntura.

"A contradição principal do novo regime português — refere o articulista, após uma introdução em que procede a uma rápida análise da situação política e económica surgida após o 25 de Abril — reside justamente no pluralismo entre poder político e poder económico. Entre as disposições fundamentais em matéria económica, o M. F. A. afirma, no seu programa de 25 de Abril, que é necessário lançar:

"1) Uma nova política económica ao serviço do Povo Português, sobretudo em relação aos setores mais desfavorecidos, tendo como principal objetivo a luta contra a inflação e a alta do custo de vida; o que exigirá necessariamente uma estratégia antimonopolista.

"2) Uma nova política social em todos os domínios, cujo objetivo deve ser a defesa das classes trabalhadoras e o aumento progressivo da qualidade de vida de todos os portugueses.

"E, é certo que, a seguir ao "putsch" foram tomadas medidas espetaculares. Mas os seus limites são, desde já, evidentes. Basta citar um exemplo: os salários das categorias menos privilegiadas foram aumentados em 50 por cento. Mas a inflação tinha sido de 46 por cento durante os três anos que precederam o golpe de Estado, enquanto que os salários permaneciam praticamente no mesmo nível.

"Para este ano, prevê-se já um aumento de 25 por cento dos preços. O que significa que, dentro em breve, poderá haver lugar para novos aumentos.

"Mas isso parece ser bastante difícil no quadro da opção semi-liberal adotada pelo M. F. A., cujo programa estipula, igualmente, que é necessário "estimular a propensão aos investimentos privados internos e externos, na salvaguarda do interesse nacional."

No bom caminho

"Esses baixos salários poderiam quase ser considerados como o principal recurso de exportação do País, através da emigração que provocam (os envios de fundos dos emigrantes asseguram o equilíbrio da balança comercial); mas também através dos investimentos estrangeiros que permitem atrair e das exportações que se sucedem. A indústria não dispõe, de resto, de outro trunfo para além desses baixos salários e das proteções fiscais e outras de que beneficiava no regime anterior. Não foi por acaso que o fabricante de relógios Timex (que pratica preços muito acessíveis) se instalou em Portugal, onde enfrentou, de resto, uma greve das mais duras, após o 25 de Abril.

"Para situar claramente o problema, é preciso ter em consideração que as exportações constituem 24,5 por cento da produção bruta interna; o mesmo que na Suécia e mais do que na Inglaterra (22,9 por cento), na Alemanha (29,6 por cento) ou na Itália (19,6 por cento). E no cálculo dessas exportações, os produtos manufaturados (têxteis, vestuário, produtos eletrónicos e eletrónicos, papel...) representavam, em 1972, 66,2 por cento. O desemprego e os problemas da balança de pagamentos poderão ser dramaticamente

agravados se os custos salariais da indústria portuguesa ultrapassarem uma determinada taxa de competitividade internacional (que, até hoje, ainda ninguém sabe qual será). Isto explica a razão por que a Intersindical e o Partido Comunista Português se vêem obrigados a moderar as reivindicações. E é também essa a razão por que Alvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista, fala de sabotadores "à chilena" a propósito dos patrões que concedem aumentos excessivos, provocando greves sem cerimónia, como é o caso da I.T.T., que se encontra envolvida em todos os negócios sujos.

"A crise que, em meados de Julho, provocou a queda do Governo de Palma Carlos deveu-se, em grande parte, à tentativa dos meios políticos moderados de imprimirem uma viragem mais "realista" à evolução da situação em Portugal e no ultramar. A subida ao Poder do brigadeiro Vasco Gonçalves e dos protagonistas do M. F. A., que até aí se tinham conservado discretamente na sombra, mostra a vontade de acelerar o processo de "libertação", afastando-o das hipotecas do antigo regime, tanto na metrópole como no ultramar."

As perspectivas a curto prazo

Após breves considerações sobre a possibilidade de um aumento do desemprego em consequência dos necessários reajustamentos às novas realidades económicas e em resultado do processo de descolonização em curso, o articulista de "Economia", prossegue:

"No relatório que publicou em 19 de setembro a O. C. D. E. não ousa avançar mais números. "Tenho em conta as forças depressivas que atuam sobre a economia e o "contrôle" severo da imigração nalguns países europeus, o risco de desenvolvimento do desemprego parece considerável, mesmo que não se assista a um regresso em massa da população proveniente do território ultramarino."

"Que fazer, então? O Governo parece contar com um importante programa público de construções de alojamentos populares. Efetivamente, o alojamento é uma das principais reivindicações dos trabalhadores portugueses. E, além disso, um setor em forte expansão desde há algum tempo, que absorve uma parte importante da mão-de-obra. Para mais, pode integrar mão-de-obra não qualificada ou suscetível de ser formada rapidamente. Com efeito, Portugal tem alguns problemas setoriais: a mão-de-obra não qualificada não encontra emprego, enquanto, por outro lado, o País tem falta de determinadas categorias de trabalhadores ou de técnicos. O que explica parcialmente alguns investimentos bizarros, no decurso dos últimos anos — grandes investimentos pouco criadores de novos empregos, concentrados em volta de Lisboa. Um programa de habitações pareceria, igualmente, responder a algumas recomendações do citado relatório da O. C. D. E.: "a fim de manter o nível da procura interna e de evitar dificuldades de financiamento dos investimentos no que se refere às empresas, é necessário que surja um importante "déficit" no setor público.

"Com efeito, os especialistas da O. C. D. E., tal como os do Fundo Monetário Internacional, parecem considerar que o Governo pode jogar, durante algum tempo, com o fraco endividamento do setor público e as importantes reservas exteriores — mais de um ano de importação — devidas à acumulação dos depósitos dos emigrantes e recursos do turismo. Mas, no que se refere ao programa de alojamentos toda a gente faz notar que o período de tempo de espera poderá ser longo, o que não resolveria,



portanto, o problema imediato do emprego.

"Nesse caso, seria necessário contar com o setor privado para recomençar a investir, e este problema de investimento representa um pouco o fulcro das contradições portuguesas. Se o Governo quiser chamar o problema a si, terá de nacionalizar impiedosamente — e depressa — uma parte considerável da economia. De outro modo, será obrigado, pelo contrário, a fazer os possíveis por não assustar nem os investidores nacionais, nem os investidores estrangeiros — que, aliás, está já a tentar atrair através de anúncios na imprensa internacional.

"Os grupos nacionais parece terem compreendido a alternativa e afirmam estar a preparar um grande programa de investimento.

"Este não é, de resto, o único problema de confiança que o novo Governo enfrenta.

"Desde o golpe de Estado, o milhão de emigrantes residente na Europa Ocidental, nomeadamente em França, tem mantido uma atitude de expectativa. O ritmo do envio de fundos abrandou, porque consideram a situação "incerta". Mesmo no plano interno, os responsáveis pela economia lutam com um importante fenómeno de entesouramento. Numerosos portugueses guardam o dinheiro em casa, em lugar de o colocarem no banco. A economia portuguesa encontra-se assim, simultaneamente, em estado de excesso de liquidez e de falta de liquidez. O fato de não saber em que momento sairá o dinheiro dos "mealheiros" não facilita, entre outras coisas, a luta contra a inflação.

Neste contexto, as forças mais moderadas, conservadoras mesmo, têm uma larga possibilidade de manobra na sua tentativa de travar a evolução portuguesa, orientando-a para aquilo que parece ser a sua via "natural": programação dos investimentos, nacionalização das empresas mais importantes (bancos, estações navais, siderurgias, eletricidade, telefones, etc.), "contrôle" de capitais."

O problema da agricultura

Bruno Crimi alude, em seguida, à posição e influência dos grandes grupos económicos, para prosseguir:

"A reorganização do setor económico surge assim como a tarefa mais difícil do Governo. Sobretudo, porque a descolonização iniciada pode levar os "trusts" a procurarem uma prova de força com o Governo, tanto na Metrópole como no Ultramar, dado que Moçambique e, sobretudo, Angola eram os dois territórios que mais lhes interessavam.

Dai o aceleramento da descoloniza-

ção. Para se compreender o alcance da descolonização é preciso considerar que as grandes companhias ultramarinas agiram sempre no seu próprio interesse, dado que a participação do Estado na exploração da riqueza das colónias era praticamente nula. O Governo contentava-se em fixar preços impostos, particularmente baixos, às matérias-primas das colónias. As grandes companhias compravam a esse preço e vendiam, muito simplesmente, segundo a tabela de preços mundial.

"Além disso, exploravam os recursos mineiros e os custos muito baixos da mão-de-obra, juntamente com os capitais estrangeiros.

"Por aqui se pode ver que não faltam as ocasiões de tensão entre o poder económico e o poder político, daqui até às eleições, que deverão realizar-se, normalmente, em março próximo. Isto já sem contar com o fato de as "grandes empresas" não constituírem o único setor da economia com o qual o Governo terá contas a ajustar. Um exemplo: a agricultura. Mais tarde ou mais cedo, Portugal terá de fazer uma reforma profunda neste setor. A agricultura, que, normalmente, deveria alimentar sem problemas os portugueses e servir de base a certas indústrias (eucaliptos para o papel, por exemplo) é extremamente ineficaz. Em 1972, os rendimentos por hectare de todos os cereais eram nitidamente inferiores aos de Espanha, por exemplo: 12 quintais por hectare no que se refere ao trigo contra 14,1 em Espanha em solos não irrigados; 24,7 em Itália e 27,5 em Espanha em solos irrigados. Os produtos alimentares e agrícolas representam 12 por cento das importações. E o único processo de modernizar este setor consiste em reformar todo o sistema da propriedade agrícola. O que conduzirá a um choque quase certo com os pequenos proprietários, tal como com os grandes. Poderia citar-se, igualmente, o papel dos comerciantes na inflação portuguesa. As diferenças verificadas entre os preços do grossista e os preços do retalhista permitem afirmar que armazenaram produtos para especular. A estrutura deste setor torna praticamente ilusória toda a política de "contrôle" dos preços.

"Em todo o caso a conclusão é a mesma: o Governo será obrigado a tornar bem claro quais as forças económicas e sociais em que se apoia e contra quem luta. Enquanto se espera pelas eleições, toda a gente prefere falar de descolonização, em vez da economia, em Lisboa. Mesmo, que esta descolonização possa levar, pelo menos, dois anos a produzir os seus benefícios em Portugal; essencialmente o regresso ao normal das despesas militares, que absorvem cerca de metade do orçamento."

Socialização da medicina

A socialização de um ramo de atividade só é proveitosa se fizer parte de um movimento geral de socialização verdadeira, isto é, se acompanhar ou seguir de perto a eliminação da propriedade privada, a socialização dos meios de produção, o estabelecimento da igualdade social e a supressão das classes sociais — afirmou o prof. Miller Guerra numa conferência que proferiu no Instituto Universitário "Justitia et Pax", em Coimbra, perante grande assistência constituída, na sua maioria, por médicos e estudantes universitários.

Apresentado por um elemento distinto daquele Instituto, Miller Guerra começou por agradecer o convite que lhe foi endereçado para proferir uma série de conferências e, iniciando a palestra, focou a exposição que há dias foi feita na RTP pelo secretário de Estado da Saúde em que este membro do Governo se referiu à criação de um Serviço Nacional de Saúde.

Tendo historiado o que foi o trabalho da Comissão para o estudo da carreira médica, o conferencista referiu que o relatório apresentado pela mesma foi publicado em 1961 pela Ordem dos Médicos, que o aprovou em assembleia geral. Este documento, disse Miller Guerra, passou a constituir a doutrina oficial da Ordem dos Médicos e é, de fato, um projeto de modificação dos nossos serviços de saúde.

Noutro passo da sua exposição, Miller Guerra atacou a medicina do tipo liberal que, como é sabido, culda mais dos ricos que dos pobres ou, dizendo de outra maneira, sujeita às leis da oferta, da procura e do lucro, concentra os médicos nos serviços hospitalares, nos grandes centros urbanos e, dentro destes, em certas zonas ou bairros, abandonando, quase por completo a periferia das grandes cidades e o interior do País. A medicina liberal, que é a tradução do ponto médico do capitalismo concorrencial, tem hoje inconvenientes. Estabelece a desigualdade entre os doentes e, além disso, ocupa-se, de preferência, da medicina curativa, isto é, do tratamento dos doentes, desinteressando-se dos outros dois grandes ramos da medicina, sobretudo do primeiro, que é a saúde pública e a medicina social.

Depois de frisar que este último campo tinha sido previsto no relatório da Comissão para o Estudo da Carreira Médica a que fizera referência, o conferencista afirmou que o serviço de saúde deve garantir a qualquer português os serviços médicos de que precisa, isto é, todos os portugueses, qualquer que seja o seu nível económico e social, têm direito ao mesmo tratamento, às mais modernas e eficientes técnicas, aos mais complexos e dispendiosos métodos de diagnóstico e tratamento.

Em seguida referiu que, como a assistência médica em Portugal é má tem-se, muitas vezes, que recorrer à medicina livre ou particular, pagando, assim, duas vezes os serviços médicos: descontando para uma assistência de que não se beneficia e pagando consultas particulares.

Miller Guerra acentuou, ainda, que a socialização da medicina não modifica, obrigatoriamente, o sistema económico: que tem meios para isso pode continuar a servir-se, se o quiser, dos médicos particulares.

Diário de Lisboa

SEculo XXI

LIVROS

Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

Liquidar a herança fascista na agricultura

por Blasco Hugo Fernandes

O traço essencial da agricultura portuguesa tem sido o da sua constante estagnação. O crescimento do setor tem apresentado índices muito baixos, com fortes irregularidades, que se tem introduzido numa permanente insatisfação das crescentes necessidades dos trabalhadores — operários agrícolas e pequenos agricultores — e num agravamento das dificuldades dos médios agricultores. Em consequência dessa estagnação, o próprio desenvolvimento económico global tem sido afetado, não correspondendo às exigências da nossa população.

A causa fundamental da estagnação da agricultura localiza-se na antidemocrática estrutura agrária e na política para o setor que, ao longo dos 48 anos de fascismo, privilegiou os interesses dos latifundiários e do grande capital agrícola. Daí a crescente dificuldade de uma larga massa dos nossos camponeses recorrer a tecnologias produtivas e a meios de produção convenientes à sua promoção económica e social.

Essa foi a herança que recebemos a qual, no seus aspectos essenciais, se pode resumir do seguinte modo:

1. Concentração da propriedade da terra e dos principais meios de produção nas mãos de uma minoria. Daqui resulta que a grande maioria dos nossos agricultores tenha apenas pequenas parcelas de terra para trabalhar, com equipamento e técnicas por vezes bastante rudimentares, e com explorações frequentemente muito fragmentadas, sujeitas a formas de contrato semi-feudais.

2. Legislação sobre arrendamento rural que tem permitido aos proprietários da terra estipular rendas elevadas, incompatíveis com as possibilidades dos pequenos e médios rendeiros, legislação aquela que não oferece garantias de estabilidade e de segurança aos arrendatários e que se traduz, de uma maneira ou de outra, em benefício dos grandes proprietários da terra.

3. Legislação sobre arrendamento rural que favorece o grande rendeiro capitalista na medida em que não estabelece limite para as áreas arrendadas.

4. Política agrícola a favor das grandes empresas do setor, criando dificuldades de sobrevivência às pequenas e médias empresas.

5. Política de baixos salários e de miséria e ausência de adequada regulamentação do trabalho rural que garanta condições satisfatórias e assegure trabalho aos operários agrícolas.

6. Sistema de crédito que pela sua própria natureza beneficiava apenas os grandes proprietários dos principais meios de produção.

7. Usurpação de terras baldias e capadas pertencentes aos povos e sua concessão a grandes capitalistas agrários ou de outros setores ou aos serviços oficiais fascistas.

8. Inexistência de uma adequada política de preços a favor dos pequenos agricultores e dos pequenos seareiros, compensadores do seu esforço e dos seus encargos, resultando o seu crescente endividamento e a sujeição a intermediários e a outros capitalistas de setor e não-agrícolas.

9. Ausência de uma política de organização, de gestão e de utilização de recursos, dirigida aos pequenos e médios agricultores, de forma a estes obterem baixos custos de produção.

10. Falta de infra-estruturas adequadas, de transportes, comunicações, estradas, redes hidro-agrícolas, eletrificação, escolas, etc. que os pequenos e médios agricultores pudessem utilizar, de uma forma vantajosa para eles e para as suas empresas e igualmente para toda a economia.

11. Inexistência de assistência técnica aos agricultores, por meio dos serviços oficiais de vulgarização agrícola, com particular prejuízo para os agricultores mais desfavorecidos economicamente que se têm visto obrigados a empregar meios e métodos tradicionais, com todos os inconvenientes inerentes.

12. Ausência de estímulo e de apoio à constituição de cooperativas de pro-

dução de pequenos e médios agricultores. Pelo contrário, tem-se impulsionado a formação de cooperativas mistas, nomeadamente no plano de transformação dos produtos da agricultura, dominadas pelos grandes agrários de cada uma das regiões.

13. Falta de uma rede comercial para os produtos da agricultura que impeça a especulação contrária aos interesses dos pequenos e médios produtores e simultaneamente dos próprios consumidores. E o caso de pequenos vitivinicultores, por exemplo, que para fazerem frente aos encargos relativos às contribuições, à aquisição de meios e de produtos de que carecem ao longo do ano se vêem obrigados a vender a baixo preço, aos intermediários especuladores, as suas produções, logo que a campanha começa.

E o caso também dessa mesma rede comercial especuladora que nos últimos anos adquiriu quantidades maciças de vinho, de forma a dominar o mercado e a impor preços elevados que lhe proporcionasse margens avultadas de lucro, com a dupla exploração do pequeno produtor, por um lado, e do consumidor, por outro.

14. Existência de um aparelho corporativo, constituído pelos grêmios, federações e juntas, dominado pelos grandes agrários que ainda hoje, após o 25 de Abril, por formas mais ou menos encapotadas, procuram manter a sua presença e o seu domínio naquelas instituições a fim de, após a sua extinção, tentarem apoderar-se das que se lhes seguirem.

15. Política de preços de produtos extra-agrícolas, como por exemplo adubos, rações, sementes selecionadas, etc., que tornava difícil a sua utilização por parte da grande massa dos nossos camponeses.

16. Política agrícola e económica que, enfim, manteve os nossos pequenos e médios agricultores assim como os operários agrícolas em condições sub-humanas de vida e de trabalho, com falta de água, luz, caminhos, hospitais, escolas, previdência social, etc.

Foi essa a política agrária do fascismo. Uma política a favor dos grandes agrários e, por consequência, contrária aos interesses da vasta maioria dos nossos agricultores e dos operários agrícolas. Para consolidação do processo democrático na nossa agricultura, é necessário liquidar esta herança e dar novo rumo à política para o setor, colocando-a a serviço dos pequenos e médios agricultores e concedendo condições justas para o operariado agrícola.

Para isso, é necessário tomar com urgência as medidas convenientes que apontem para a reforma gradual da estrutura agrária e para a defesa e promoção económica e social das camadas mais desfavorecidas da nossa agricultura — pontos que aliás se acham consignados no próprio programa do glorioso Movimento das Forças Armadas. Entre outras medidas, impõe-se a reformulação do projeto da lei de arrendamento rural de modo a dar-se completa garantia de estabilidade aos pequenos e médios rendeiros e a impedir o gigantismo e a acumulação capitalística das terras. É necessário constituir imediatamente cooperativas de pequenos e médios produtores, com todo o apoio por parte dos respectivos serviços oficiais ligados ao setor, incluindo a colocação para esse efeito de técnicos de confiança democrática. Por outro lado, impõe-se o imediato afastamento dos dirigentes comprometidos com o regime anterior que ainda se mantêm nas atuais organizações cooperativas.

É necessário tomar medidas eficazes para impedir que os grandes agrários tentem converter os atuais grêmios e outras instituições do aparelho corporativo em organismos conservadores ao seu serviço e sob o seu domínio.

É necessário alterar a política de preços no interesse dos pequenos e médios agricultores e simultaneamente tomar as medidas convenientes para que eles possam produzir a baixos custos de produção.

É necessário criar e apoiar através dos serviços oficiais as instituições representativas dos interesses das classes mais desfavorecidas da nossa agricultura, como sejam as ligas de pequenos agricultores, ouvindo-as em todas as questões que digam respeito ao setor.

É necessário estabelecer com a devida antecipação os preços dos produtos agrícolas para conveniente orientação dos respectivos produtores.

É necessário transformar os circuitos comerciais de forma a liquidar o parasitismo que reina dentro deles, contrário aos interesses dos pequenos e médios agricultores.

É necessário libertar os pequenos e médios agricultores dos monopólios industriais. Para efetiva concretização destes objetivos, uma vez formulados em termos de política para o setor, que se impõe como vimos, é preciso assegurar que nos lugares-chave da respectiva administração pública central e regional estejam quadros que garantam o cumprimento desta política agrária democrática.

Impõe-se, enfim, articular urgentemente esta política — uma política a favor dos nossos camponeses — visto que, parafraseando Vasco Gonçalves, eles sofreram com o fascismo, eles foram explorados, eles também fazem parte do nosso povo e por isso mesmo nós temos de estar ao seu lado, construindo para eles uma agricultura ao seu serviço — uma agricultura verdadeiramente democrática.

Diário de Lisboa

Aval de mil contos para a colheita da azeitona

Aos créditos bancários obtidos para a colheita de azeitonas pelas associações de produtores legalmente constituídos e pelos produtores individuais, será concedido o aval do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos até ao montante global de 40 mil contos.

Por despacho conjunto dos ministros das Finanças e da Economia e dos secretários de Estado da Agricultura e dos Abastecimentos e Preços foram reguladas as condições de concessão.

Naquele diploma publicado, no "Diário do Governo", lê-se:

"Na economia da lavoura nacional, a cultura da oliveira apresenta-se com significativa importância, particularmente em terrenos de escassa produtividade, nas zonas mais pobres do País.

Apesar de o azeite estar sujeito a um regime de preços de garantia, os preços até agora estabelecidos, por serem muito inferiores ao custo médio ponderado deste produto, não só não constituíam salvaguarda dos interesses dos produtores, como não contribuíam para que estes dedicassem a esta cultura os cuidados devidos.

Este custo médio ponderado, durante a campanha de 1973-1974, foi calculado em 31\$07 por litro para o azeite de 2.º de acidez."

Depois de mostrar que os preços de garantia se mantiveram, nos últimos cinco anos, tendencialmente inferiores ao preço de custo, o preâmbulo do despacho refere que, "embora o Governo tenha de manter-se atento à formação dos preços ao nível do consumidor, não pode também deixar de ponderar devidamente os de garantia à produção, dos quais depende quer a defesa dos legítimos interesses desta, quer ainda o próprio volume das colheitas. Ao abrigo desta linha de pensamento se estabelecem preços de garantia que compensam não só os encargos de produção, mas até permitem aos olivicultores uma justa margem de lucro."

E a terminar, esclarece: "Mantêm-se e reforçam-se, por outro lado, os estímulos à cultura da oliveira e das oleaginosas pela via da concessão de aval aos créditos bancários obtidos para a colheita da azeitona, bem como aos empréstimos sobre o azeite, e estabelecem-se preços de garantia para as sementes oleaginosas de produção continental a nível mais elevado do que haviam sido fixados para a campanha anterior."

(República)

NOTÍCIAS DIVERSAS

Aconteceu em Ipanema

Sábado, à noite. No Rio de Janeiro, bairro de Ipanema, à Rua Visconde de Pirajá, localiza-se a churrascaria "A Carreta". As 21 horas adentra o restaurante um casal de meia-idade. Ao seu lado, contrastando com o ambiente, entra um indivíduo branco esverdeado, azêdo, com cara de múmia. Vestia um terno preto, com camisa branca e gravata escura. Os garçons — alguns deles portugueses — mostram-se frios. Não têm pressa nenhuma em atender o novo freguês. Entre a clientela do restaurante notam-se alguns cochichos de mesa para mesa. Súbito, uma canção irrompe entre os comensais. Era a "Grandola, Vila Morena". O de terno preto não canta. Não vira a cabeça. Ouve impassível. Como se não fosse com ele. Os garçons sorriem entre si. Quem seria o misterioso de terno preto? Emigrante não. Só podia ser o exilado político.

Base aérea dos Açores

Um telegrama de Washington, distribuído pela UPI, revela que o Embaixador itinerante norte-americano Robert J. Maclosky tenciona passar alguns dias em Portugal, no seu regresso a Washington, depois da visita que está a fazer à Espanha.

Citando círculos diplomáticos da capital norte-americana, o telegrama diz que o Embaixador Maclosky retomará em Lisboa as negociações sobre o futuro da base aérea das Lajes, nos Açores. Segundo os mesmos círculos, o plano económico proposto por Portugal como compensação da utilização da base das Lajes pelos Estados Unidos ascenderá, na base dos projetos nele incluídos, a um total de pelo menos 200 milhões de dólares (cerca de cinco milhões de contos).

Pensa-se, prossegue a notícia, que os Estados Unidos procurarão estabelecer um acordo ao abrigo do qual pagarão uma determinada quantia pela utilização da base das Lajes, sendo o referente a um programa geral de ajuda económica não relacionado com a utilização da base.

Os pescadores de arrasto têm novos salários

Os trabalhadores da Pesca do Arrasto Costeiro beneficiam a partir de agora de novos salários e outras regalias acordadas que foram as cláusulas em litígio nas negociações entre os representantes dos Armadores, da União dos Sindicatos do Pessoal de Mar, do Sindicato Livre dos Pescadores e do Sindicato dos Maquinistas, Motoristas e Ajudantes da Marinha Mercante e coordenadas por um delegado do Ministério.

Um dos pontos mais significativos diz respeito a um seguro de 150 contos para os casos de morte ou de incapacidade absoluta permanente, resultante de acidentes de trabalho. O leque salarial vai de 2800\$00 (moço) a 4500\$00 (primeiro-motorista) e sobre os quais incidem complementos e percentagens sobre o valor bruto das pescas apuradas mensalmente. No respeitante a férias foi acordado o regime de 30 dias com subsídio de cem por cento, o mesmo sucedendo no Natal.

A manutenção do contrato de trabalho é garantida quando os barcos se encontram em reparação.

Nomeada Vice-Reitora da Universidade de Coimbra

A dra. D. Andréa J. Françoise Rocha, figura intelectual bem conhecida pelos seus estudos sobre o Teatro Português, desde Gil Vicente a Almeida Garrett, que se formou em Lisboa onde foi assistente e, depois, afastada compulsivamente do ensino, voltara à Universidade nos últimos tempos. Primeiro em Lisboa, depois catedrática de Filologia Românica.

Agora a autora do "Teatro de Garrett" vai ser nomeada vice-reitora da Universidade, consagração que professores e estudantes saudam.

Belga de nascimento, estudou em Lisboa, tendo tomado a nacionalidade portuguesa pelo seu casamento com o grande escritor que é Miguel Torga.

Alemanha Federal ajudará Portugal

A Alemanha Federal ajudará o processo de democratização em Portugal, apoiando os desejos do Governo de Lisboa de assistência por parte da Comunidade Europeia — asseguraram o chanceler da Alemanha Federal, Helmut Schmidt, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, durante a reunião que tiveram com o Ministro sem Pasta do Governo Provisório Português, Major Vitor Alves.

Dietrich Genscher disse ao Major Vitor Alves considerar a permanência de Portugal na OTAN como extremamente importante e, tal como o chanceler alemão, acentuou que o Governo de Lisboa deve encontrar a sua própria "receita" para solucionar os problemas políticos internos de Portugal.

Entretanto, o antigo chanceler Willy Brandt afirmou perante o diário do seu partido, que Portugal necessitará de um acordo comercial específico para solucionar os seus problemas económicos.

No discurso pronunciado no banquete que lhe foi oferecido, o Major Vitor Alves apelou para uma restrição mundial às críticas que têm sido feitas em alguns setores contra Portugal, "ainda não totalmente recuperado do trauma do seu recente passado".

O Ministro português expressou otimismo pela realização da democracia no seu país, "até porque as Forças Armadas estão conscientes do seu papel como garantes deste processo".

O Major Vitor Alves reuniu-se com o Ministro da Defesa da Alemanha Federal, Georg Leber, com o Ministro do Desenvolvimento, Egon Bahr, e com o presidente do Partido Social-Democrata, Willy Brandt.

Uma senhora preside ao Município de Figueira da Foz

FIGUEIRA DA FOZ — Pelo governador-civil do distrito, prof. dr. Luis Albuquerque, e na presença do presidente da comissão administrativa cessante, dr. Marques Lima Viana, e parte da vereação, foi conferida posse a presidente da Comissão Administrativa da Camara Municipal deste concelho, dra. Maria Judite Pinto Abreu, natural da Figueira da Foz, há anos residente em Coimbra.

Usou da palavra o chefe do distrito, que fez considerações sobre a personalidade da empossada e das tarefas consideradas prioritárias e que são: sanidade, esgotos, fossas, fontes, escolas e esclarecimento das populações, para que estas se encontrem aptas a votar com consciência nas próximas eleições.

O presidente cessante, dr. Marques Viana, saudou a sua sucessora e fez o elogio da equipe de trabalho que deixava. O professor Antonio Vitor Guerra, antigo professor da empossada, saudou-a igualmente e dirigiu cumprimentos ao governador-civil.

Por fim, a dra. Maria Judite Pinto Abreu agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas e justificou as razões por que aceitara o cargo. No final, foi muito cumprimentada.

Governo condena manifestações maoístas

O assalto e as destruições de que foi alvo, por parte do MRPP, ou Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado, a sede do Centro Democrático Social (CDS) bem como as manifestações agressivas promovidas por aquele movimento maoísta contra o comício da juventude centrista realizado anteontem no Teatro São Luis, em Lisboa — manifestações essas que degeneraram em tumultos e que causaram cerca de quatro dezenas de feridos, entre policiais e jovens maoístas — mereceram "condenação enérgica" do Conselho de Ministros, reunido sob a presidência do Chefe do Governo Provisório, Brigadeiro Vasco Gonçalves.

Uma nota oficial distribuída à imprensa e ao rádio informa que "os implicados serão remetidos aos tribunais competentes e responderão também pelos prejuízos causados", e sublinha, a concluir: "A ordem democrática instaurada em 25 de Abril será mantida intransigentemente, assegurando-se, pelos meios adequados, o respeito e salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais, que são condições da manutenção da democracia pluralista que ao Governo e ao Movimento das Forças Armadas cumpre assegurar".

Auxílio do Banco Mundial

"Portugal anseia pelo auxílio do Banco Mundial e estamos cá para estudar a maneira de processar essa ajuda" — afirma, na entrevista dada ao vespertino lisboeta "A Capital", o vice-presidente daquele banco, Nunir Benjek, que chefia uma missão de estudo presentemente em Portugal.

Das conclusões colhidas nesta visita sairão as bases que levarão à constituição da delegação do Banco Mundial que em janeiro se deslocará a Portugal.

"Essa delegação será constituída, essencialmente — revela Nunir Benjek — por elementos especializados nos vários setores sobre os quais incidirá o auxílio do Banco Mundial. Terá, pois, um caráter mais técnico, enquanto a de agora apenas procurará auscultar os problemas na generalidade".

Perguntou o jornalista se o auxílio do Banco Mundial a Portugal não estaria dependente dos resultados das próximas eleições para a Assembléia Constituinte. A resposta foi:

"Não estamos, de maneira nenhuma, à espera da definição de um regime político em Portugal. A nossa organização está apenas dependente de situações económicas, e não políticas. Se suspendemos os contactos com Portugal nos últimos anos, isso deve-se apenas ao fato de o vosso país estar envolvido numa

guerra. Agora estão criadas as condições para que se processem auxílios nos setores mais necessitados".

Quanto às perspectivas criadas pela aproximação entre Portugal e a União Soviética, nomeadamente no domínio da economia, Nunir Benjek afirma: "O Banco Mundial vê com agrado a aproximação que se vem verificando entre Portugal e a União Soviética. Portugal necessita do auxílio de todos os países que o queiram oferecer e o fato de a URSS não pertencer ao Banco Mundial não vai influir na nossa maneira de proceder, caso esse país pretenda auxiliar a economia portuguesa".

A missão do Banco Mundial avisou-se entretanto com o Ministro das Finanças, dr. Silva Lopes, e com outras entidades oficiais portuguesas.

12 mil contos roubados por membro da ex-A.N.P.

Mais de 12.000 contos foram roubados pelo chefe de contabilidade do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Norte, José Oliveira Queilhas, filiado da ex-A.N.P., que conseguiu fugir do País, presumindo-se que se encontre no Brasil ou na Argentina, conforme foi noticiado oportunamente.

Todavia, ainda não está apurado o total do roubo. É natural, pois que as cifras ainda sejam maiores. Tratava-se de indivíduo que gozava da confiança das individualidades políticas do distrito, que lhe deram o lugar, exatamente, como paga de serviços prestados à extinta Ação Nacional Popular.

As autoridades continuam a trabalhar na instrução do processo.

Exposição dedicada à cultura árabe

Delegações do mundo árabe, entre elas representações da Liga Árabe e da Organização de Libertação da Palestina, movimento de resistência chefiado por Yasser Arafat, deverão estar presentes em Lisboa à inauguração de uma exposição, na Fundação de uma exposição, na Fundação Calouste Gulbenkian, dedicada à cultura árabe — informou a Associação dos Amigos dos Países Árabes, durante uma conferência de imprensa.

A semana de cultura árabe, que decorre neste mês, pretende chamar a atenção do público para a importância da cultura daqueles países e das suas relações seculares com Portugal. A cultura árabe será dada a conhecer através de conferências, colóquios e projeção de filmes e de diapositivos.

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas
13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20h.

ESPORTE

Campeonato da 1.ª divisão

Em vista da participação da Seleção Portuguesa no Campeonato Europeu, não houve jogos da 1.ª Divisão do campeonato nacional, no último domingo, 17 do corrente.

2ª DIVISÃO — 11.ª RODADA

Resultados

Zona norte:

Varzim	0	Sp. de Braga	
P. de Ferreira	2	Famalicão	
U. de Coimbra	5	Sanjoanense	
Tirsense	0	D. de Chaves	
Régua	1	Gil Vicente	
Feirense	2	Vila Novense	
L. de Lourosa	2	Salgueiros	
Oliveirense	1	Beira-Mar	

Zona sul:

Montijo	2	Caldas S.C.	1
Portimonense	3	Torriense	0
Estoril	6	Juventude	0
Est. Portalegre	1	Almada	1
U. de Leiria	3	Torres Novas	0
Sesimbra	7	Marinhense	1
Lusitano	2	Marítimo	2
Odivelas	0	Sintrense	0
Peniche	2	União Sport	2
C. da Piedade	0	Barreirense	1

Recem destaque especial na zona norte a vitória do União de Coimbra sobre o Sanjoanense pela expressiva contagem de 5x0; do Beira-Mar sobre o Oliveirense por 6x1 e a derrota do Famalicão por 0x1 frente ao Paços de Ferreira. E na zona sul, o comportamento do clube da simpática Vila de Sezimbra, que este ano está fazendo, campanha, para alegria da terra dos pescadores; e ainda o Marítimo da Ilha da Madeira ao empatar em Évora com o Lusitano. O Barreirense soma e segue.

CLASSIFICAÇÃO

Zona norte:

1.º Famalicão	15 pontos
2.º Beira-Mar	14 "
3.º Penafiel	14 "
4.º Paços de Ferreira	13 "
5.º União de Coimbra	12 "
6.º Sanjoanense	11 "
7.º Oliveirense	11 "

Zona sul:

1.º Barreirense	16 pontos
2.º Sesimbra	15 "
3.º Estoril	15 "
4.º Marítimo	14 "
5.º Portimonense	13 "
6.º União de Leiria	12 "
7.º Torriense	11 "



JOGO AMISTOSO DE PREPARAÇÃO

Com o objetivo de se preparar para os próximos jogos do Campeonato Europeu, Portugal jogou com a Suíça no dia 13 tendo sido derrotado pelo resultado de 3x0. Os jogadores que mais se destacaram foram Humberto Coelho, do Benfica; Otávio, do

Vitória de Setúbal e Oswaldinho, do Boavista. Nos jogos em que Portugal tem defrontado a equipe da Suíça não tem sido feliz, pois nos 11 jogos que se realizaram entre as duas seleções, a representação portuguesa apenas venceu duas partidas, empatou duas e perdeu sete. Em todos os jogos sofreu 22 gols e marcou apenas 17.

Joga futebol a juventude trabalhadora

O Movimento da Juventude Trabalhadora encara muito a sério as práticas desportivas. Nem doutra maneira poderia ser, tratando-se de jovens que amam a sua pátria, que anseiam pelo progresso da sua pátria e que por isso mesmo desejam uma pátria mais saudável e vigorosa. E as práticas desportivas não só desenvolvem o corpo; ajudam, e no mais alto grau, a desenvolver também a cultura e a elevar o moral. O M. J. T., neste sentido, apela para a "unidade da luta pela construção de um Portugal democrático". E guiam-no as divisas: "Pelo direito à Cultura e ao Desporto! Por uma ampla e sadia confraternização da juventude!"

"No acesso ao ensino, à cultura e ao desporto, há uma luta a travar para dar ao Desporto em geral e ao futebol em particular uma dimensão verdadeiramente humana"

Muito bem. O M. J. T. tem bases em Belém, Alcântara, Campo de Ourique e Bairro Alto. E decidiu promover um torneio de futebol em Lisboa. "O acesso ao ensino, à cultura e ao desporto" — eis o seu grande — e formoso — objetivo. E recorda:

"Há uma luta a travar para dar ao desporto em geral e ao futebol em particular uma dimensão verdadeiramente humana"

O torneio de futebol começou já, no Estádio Nacional. Nele participam 24 equipes.

Estiveram em movimento mais de 390 jovens. Houve sempre um movimento de camaradagem. Nem a mais leve falha disciplinar. Pura tarde de convívio.

No sábado e no domingo próximos realizam-se os jogos da segunda jornada.

Das 24 equipes participantes, 13 são do M. J. T. e as restantes de clubes recreativos e desportivos. Dos 390 jovens, 196 são operários, 110 empregados e os restantes 80 doutras profissões. A idade varia dos 15 aos 31 anos, havendo 248 dos 15 aos 21, 66 dos 21 aos 25 e 84, com mais de 25.

Sindicato dos jogadores REUNIÕES DE ESCLARECIMENTO

Foram convocados os jogadores de futebol profissionais e não-amadores a comparecerem nas reuniões distritais de esclarecimento que se efetuaram nas seguintes cidades: Porto, Coimbra, Leiria e Évora.

«Vamos bater-nos pela liberdade contratual»

Muito simples, tirado a fotocopiador, o que reflete, certamente, as dificuldades económicas do sindicato representativo de uma classe que passa por ser das mais bem remuneradas deste País (toma-se a pequena parte pelo todo...), acaba de sair o N.º 1 do "Boletim do Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol".

Como se refere na nota de abertura, subordinada ao título "O NÚMERO UM", destina-se o boletim a ser "um fator de união entre os jogadores de futebol e, também, um órgão de consciencialização do jogador, pois é necessário que o sócio compreenda que o Sindicato é um organismo que, por definição, deve representar o associado, mas nada é sem a participação do mesmo". Daí, o apelo para que todos colaborem na redação do Boletim, em especial na seção "Coluna dos Sócios", aberta a todas as iniciativas, sugestões e reclamações.

Neste primeiro número, em que se dá a notícia de ter sido nomeado o jogador benfiquista Antonio Simões para fazer parte do futuro Congresso de Futebol, colaboram, especialmente, o bracarense Agostinho (com um artigo subordinado ao título "Homem ou Escravo"? e o presidente do Sindicato, Artur Jorge, que, ao definir "As grandes linhas que vão nortear a ação deste Sindicato", afirma:

"Vamos bater-nos, pela liberdade contratual; pelo respeito das leis; pela extensão da previdência aos jogadores de futebol; pela participação nas receitas do espetáculo desportivo, de que somos os interpretes por excelência; pela preparação profissional do jogador para o fim da sua carreira; por um quinhão na repartição das Apostas Mútuas Desportivas; pela criação duma jurisdição imparcial para as questões emergentes dos nossos contratos"

Parabens ao Sindicato dos Jogadores pela sua iniciativa e longa vida para o seu Boletim.

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos - Desquites e anulação de casamento - Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas. Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas 701 a 704 - Telefone: 34-7064 SÃO PAULO



Casa de Portugal

INSTITUIÇÃO CULTURAL E DE ASSISTÊNCIA AVENIDA DA LIBERDADE, 602 — SÃO PAULO

CEIA DE NATAL

Convidam-se todos os sócios para comparecerem à tradicional "Ceia de Natal" a realizar-se este ano em 19 de dezembro, pelas 21.00 horas. As inscrições deverão ser feitas, com antecedência, na secretaria.

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA

Consertos e reparos de máquinas e ferramentas

SERVIÇO DE TORNO E PLAINA

SOARES & BAPTISTA LTDA.

Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo

CASAS GAIO MARTI S.A.

"Onde a qualidade não custa mais"

Av. Brasil n.º 12.698 - Rua 4 n.º 96/98 Tel: 260-6622 RIO DE JANEIRO

Escritório Contábil Catete Ltda.

Organização e Assessoria Contábil de Empresas

Rua do Catete, 338 — S/lojas 17 e 26

Telefone: 225-7296 — RIO DE JANEIRO

A democratização da justiça

Em pleno Juízo da Boa Hora, a justiça dos tribunais foi, durante o fim-de-semana, posta em causa. Esta atitude pertenceu precisamente aos representantes do Estado junto dos tribunais — os delegados do Procurador da República — no seu primeiro congresso nacional. Partiu-se do princípio que não sendo o problema da justiça monopólio dos que a administram "a magistratura terá de descer do pedestal em que ela mesma se colocou e vir a terreiro público discutir com todo o Povo sem elitismos ou espírito de casta, a lei, o tribunal e o juiz".

Não se concluiu nem sequer se defendeu a abolição dos tribunais; mas, aceitando a sua necessidade no presente momento histórico, defendeu-se energicamente a sua rápida transformação, de modo a que deixem de ser instrumentos de opressão ao serviço dos privilégios de uma minoria. Como disse um dos congressistas o dr. José Manuel Papão, temos de transformar a imagem da justiça. A justiça tem de ser para o povo e não contra o povo". Outro dos intervenientes, o dr. José Antonio Cabral e Pereira da Silva, acentuou que "é extremamente difícil, perante fatos e evidências tão desoladoras do que foi a magistratura portuguesa nos últimos 50 anos, manter algum otimismo relativamente às reais possibilidades de esta vir, no futuro a desempenhar em termos progressistas e nunca reacionários, a sua função social".

No entanto, alguns caminhos foram apontados. No entender dos seus defensores eles vão dar à democratização da justiça, que até agora não foi encarada consequentemente.

Os principais obstáculos à realização de uma justiça democrática foram dissecados no Congresso. Eles vão desde "o alto custo de administração da justiça em termos de tempo e dinheiro, o qual determina a fuga à justiça oficial e o consequente recurso a formas substitutivas, na maioria das vezes em detrimento da parte economicamente mais fraca e por isso menos apta a enfrentar as delongas processuais", até à excessiva formalização do processo passando pela corrupção dos tribunais e pela fascização das suas estruturas e de muitos dos seus servidores (?). Esta última questão levanta inevitavelmente a exigência do saneamento, que aliás, foi formulada quase unanimemente pelos intervenientes.

A urgência do saneamento

O tema foi desenvolvendo na tese apresentada pelo dr. Manuel Roque que se referiu largamente à colaboração de vários juizes com a policia politica, nos julgamentos efetuados no tribunal plenário, juizes que continuam a exercer funções. A exigência de que sejam afastados todos quantos colaboraram com o ideário fascista foi formalizada na seguinte proposta:

"Que sejam imediatamente afastados do efetivo exercício das suas funções para completo cumprimento do art. 5.º n.º 1, do Decreto-Lei n.º 277/74, de 25 de Junho, todos os magistrados judiciais e do Ministério Público:

a) Que tenham tido intervenção nos julgamentos do Tribunal Plenário Criminal ou que hajam sido assessores do Ministério do Interior;

b) Que tenham desempenhado funções politico-administrativas quer a nível nacional quer a nível local ou de qualquer modo hajam desempenhado funções em organismos que tinham por objetivo direto e imediato a repressão, tais como as comissões de censura ou cargos intimamente relacionados com a PIDE/DGS.

c) Que tenham militado ativamente em organizações fascistas, civis ou militares, tais como a Legião Portuguesa, União Nacional, Ação Nacional Popular, Frente de Estudantes Nacionalistas, Liga dos Antigos Graduados ou quaisquer outras cujo fim fosse a propagação e defesa do ideário fascista".

A proposta sofreu depois um aditamento, por sugestão do dr. Alves Cardoso, no sentido que "sejam denunciados e transferidos os magistrados que atualmente ocupam lugares de privilégio desde que se prove que preferiram outros colegas e que o conseguiram, exclusivamente por influência ou confiança de elementos reconhecidamente fascistas".

Mas, segundo acentuou o dr. Manuel Roque, "não bastará (...) um saneamento pessoal para que as magistraturas judicial e do Ministério Público possam desempenhar as suas funções com legitimidade

(...) Parece-nos que qualquer forma conducente apenas a criar uma magistratura auto-reguladora dos seus interesses é perigosa se não for acompanhada de outras medidas, pois tem o perigo de conduzir a um cooperativismo de classe. A anunciada restauração do júri é um passo no sentido da democratização da justiça. Mas muito falta percorrer para que tenhamos uma justiça verdadeiramente democrática e para que os tribunais sejam verdadeiros órgãos de soberania. Para isso torna-se necessária que na sua composição surjam elementos que estejam legitimados pelo voto popular. Na verdade, apesar das modificações políticas ocorridas no País a ideologia de classe dos juizes permanece (...). Noutro passo, o dr. Manuel Roque tinha dito desmentindo a idéia de que a atividade dos tribunais seja neutra, que "o juiz tem a ideologia da classe a que pertence e pertence à classe dominante".

Tribunais Populares

A composição dos tribunais como órgãos de soberania foi desenvolvida pelo dr. Joaquim Antonio Cabral e Pereira da Silva que afirmou: "A co-

munidade verdadeiramente interessada na administração da justiça deve, mediante a participação dos seus elementos mais progressistas, colaborar nessa administração (da justiça). De que modo?

Em primeiro lugar, pela participação do júri no julgamento, devendo caber-lhe exclusivamente a função de julgar de fato (...). Ele acarreta, além do mais, uma forma de "controle" popular do juiz, e a que este, por mais isento que seja, sempre deverá aceitar como natural, até no seu interesse. Diga-se, aliás, que quem não deve não teme: em segundo lugar, pela participação de dois assessores, eleitos popularmente, os quais terão por função participar na decisão, do tribunal.

Os tribunais como órgãos de soberania, com a função de julgar os conflitos sociais, não podem estar fora da prestação de contas à comunidade, em nome da qual terão de julgar. Consideramos que é condição essencial para que haja confiança do povo nos seus tribunais, que haja a possibilidade de os juizes, por seu turno, poderem dar contas, sempre que a comunidade lho exija".

O direito à greve

Outras questões defendidas no congresso salientamos a criação de uma escola de magistratura, obrigatoriamente frequentada por quantos pretendam ingressar no poder judicial e o livre exercício de todos os direitos políticos, nomeadamente do direito à greve. Estas inovações foram defendidas pelo dr. José Antonio Cabral e Pereira da Silva. Uma e outra encontram-se ligadas. Por um lado, ao magistrado não basta uma boa formação técnico-jurídica adquirida na universidade; há que acautelar a sua formação humanista. Mas interessa também assegurar a sua real participação na vida política do País, participação que não se compadece com a existência de proibições e condicionamentos legais que o discriminam perante a generalidade dos cidadãos. "O magistrado, como qualquer outro cidadão, tem de poder exercer livremente os seus direitos, como sejam os de reunião e de associação (...). Consideramos verdadeiramente incompreensível e classista a proibição legal da greve para o magistrado. É um direito que só aos trabalhadores cabe definir e julgar da sua oportunidade, e como trabalhadores solidários com todos os trabalhadores portugueses repudiam energicamente o caráter reacionário e classista de tal proibição. Além do mais, deve-se ainda referir que enquanto a greve política for criminosa em Portugal, sempre haveria a possibilidade de nos tentarem obrigar, como acusadores públicos, a uma vez mais assumir posições repressivas das classes trabalhadoras, pelo simples exercício por parte destas, dos seus mais elementares direitos".

As conclusões do congresso serão apresentadas ao Ministro da Justiça.

"Diário de Lisboa",

Esclarecimento no estrangeiro

LONDRES — Confiança no futuro democrático de Portugal, pediu Vasco de Mello, presidente da Comissão Executiva da Confederação da Indústria Portuguesa (C.I.P.), aos homens de negócios europeus.

Após demoradas conversações com industriais britânicos, Vasco de Mello disse aos jornalistas que a situação em Portugal não justifica o receio de possíveis perturbações económicas. Os responsáveis pelas pastas da Economia e das Finanças no Governo Provisório são pessoas que sabem bem o que estão a fazer.

"O Governo Provisório não está interessado no caos económico e não haverá caos económico se a Europa mostrar compreensão pela nossa situação. Todas as modificações efetuadas pelo novo Governo têm sido para melhor" — salientou.

O industrial disse ainda que a Confederação da Indústria Portuguesa foi constituída em moldes democráticos e numa base de participação voluntária dos interessados, contando já com a adesão de mais de metade das firmas portuguesas.

Vasco de Mello salientou que os investidores estrangeiros não devem adotar uma atitude de expectativa, mas antes contribuírem sem demora para reforçar a economia portuguesa, ajudando assim a criar uma sociedade livre e democrática em Portugal.

O presidente da C.I.P. afirmou ainda que se registam menos greves nos 25 de Abril do que anteriormente. A diferença está apenas na liberdade de informação que atualmente existe para relatar esses acontecimentos, ao passo que durante o regime fascista a ocorrência de greves era ocultada.

Vasco de Mello assegurou ainda aos possíveis investidores estrangeiros que não devem recear eventuais nacionalizações, que não se encontram nos planos do Governo português.

(República)



Oficina Técnica Especializada

Lonas — Fluidos e Peças em Geral
Vendas e Serviços
Rua Cardoso de Moraes, 328 — RIO
Fone: 230-1057

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portuguesa Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmiento Pimentel
Joaquim Quitério
Manuel Ferreira Moura
Raul Ciriaco da Cunha
Redação
Rua Libero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50
Caixa Postal 6248 - CEP 01000
Telefone: 37-0933
São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paulista Ltda.
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPUBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB,
A. J. Bravo
Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13
Fone: 224-9785

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Julio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livreria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8287
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Fentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tullpa Vermelha
Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.
Portuguese Canadian Democratic Association

P.O.Box 5921 - Station (A)

CHECOSLOVAQUIA - Praga 1

João Ribeiro

Postovni Urad-Jindriska UL

C: 14 Scharánka 646

FRANÇA - Paris

Grupo de Amigos do

"Portugal Democrático"

2, Place François Villon

Escalier E - La Courveneuve Seine

Assinaturas

Para o Brasil

Anual Cr\$ 120,00

Semestral Cr\$ 70,00

Via aérea

Anual Cr\$ 170,00

Semestral Cr\$ 120,00

Para o Exterior - via aérea

Anual US\$ 28

Semestral US\$ 21